



FAIA BRAVA

Criamos espaços para a Natureza

25 ANOS



HANS LUKAS "LUC" HOFFMANN
(23/01/1923 – 21/07/2016)

Luc Hoffman foi seguramente um dos mais influentes impulsionadores de políticas internacionais de Conservação da Natureza do século XX. Ornitólogo, conservacionista e filantropo suíço, foi cofundador do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), promotor do estabelecimento da Convenção de Ramsar para a proteção das zonas húmidas, criou o centro de investigação da Tour du Valat na Camargue, em França. Através das Fundações FIBA e MAVA apoiou a emergência de uma sociedade civil consciente e empenhada na proteção do ambiente e no desenvolvimento sustentável, sobretudo no Mediterrâneo e na África Ocidental.

O apoio de Luc Hoffman à Faia Brava foi vital para que se comprassem muitas das propriedades que hoje constituem o património da nossa associação. Sem o apoio da Fundação MAVA, a Faia Brava não seria uma referência e o Vale do Côa seria mais pobre. Muito obrigado Luc.



FAIA BRAVA
Criamos espaços para a Natureza
25 ANOS

FICHA TÉCNICA

Araújo, A., J.C. Farinha, N. Loureiro e A. Monteiro (Coord. Ed.)

– **Faia Brava 25 anos – Criamos espaços para a Natureza.**

Edição Faia Brava – Associação Conservação da Natureza, 2025, p. 96.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

António Araújo, João Carlos Farinha, Nuno de Santos Loureiro e António Monteiro

DESIGN EDITORIAL

João Carlos Farinha e Anyforms Design

TEXTOS

Adolfo Morais de Macedo
Alcino Oliveira | Alfredo Sendim
Ana Berliner | Ana Carla Cabrita
António Araújo | António Monteiro
Fernando Santos Pessoa | Henk Smit
João Alves | Nuno Carvalho
Nuno Lecoq | Nuno de Santos Loureiro

TESTEMUNHOS

Ana Nunes | Carlos Barroqueiro
Giulia Montesi | Jelka Both | Jeroen van der Horst | João Carvalho | José Dinis
José Pereira | Louise Vet | Luís Pereira
Nuno de Santos Loureiro
Sandra Sarmento | Sílvia Lorga

FOTOGRAFIA DA CAPA

Britango, Erik Menkveld

FOTOGRAFIAS

Ana Berliner | António Araújo
António Monteiro | ATN | Cláudia Costa
Daniel Pinheiro | Eduardo Ferreira
Eric Menkveld | Faia Brava-Henk Smit
Hugo Sousa Marques
João Carlos Farinha | João Cosme
João Nunes da Silva | João Pedro Santos | Luis Moreira
Mishell Farinango | Rewilding Sudoeste
Nuno Loureiro

VÍDEOS PROMOCIONAIS

aidnature.org | João Cosme
Edição – Faia Brava - Associação de Conservação da Natureza, 2025

TIRAGEM - 500 exemplares
Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta obra sem autorização escrita do editor.

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Faia Brava – Associação de Conservação da Natureza.



AGRADECIMENTOS

A Faia Brava – Associação de Conservação da Natureza, agradece a todas e todos as/os que colaboraram na realização deste livrinho despretensioso, na esperança que ele vos possa inspirar a criar cada vez mais espaços para a Natureza. Sem o apoio da VIRIDIA – Conservation in Action e da Natura Ibérica não teria sido possível oferecer-vos esta história aventureira e seminal.



Equipa da Faia Brava em trabalhos de monitorização.

FOTO: FAIA BRAVA

ÍNDICE

01	PREFÁCIO Henk Smit	05
02	ENQUADRAMENTO LEGAL E PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS APP Adolfo Morais de Macedo	13
03	BREVE HISTÓRIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL Fernando Santos Pessoa	21
04	HISTÓRIAS POR CONTAR... FAIA BRAVA: O nosso olhar sobre os primeiros 25 anos Ana Berliner e António Monteiro	27
	FRAGA VIVA - Reduto do batráquio, um discreto mundo junto às águas do Távora Alcino Oliveira	45
	25 ANOS DE FAIA BRAVA: Um novo compromisso com a Terra Alfredo Sendim	55
	Área Protegida Privada Vale das Amoreiras, o sonho de uma vida Ana Carla Cabrita e Nuno Carvalho	63
05	HOMEM E NATUREZA História da Conservação da Natureza Nuno Lecoq	69
06	A SOCIEDADE CIVIL Ao serviço do restauro ecológico e da Conservação da Natureza Antonio Araújo e Nuno de Santos Loureiro	79
07	ÁREAS CLASSIFICADAS Áreas protegidas e outras áreas sob regime legal, entre 1957 e 2025 João Alves	87



Faia Brava – Associação de Conservação da Natureza, Rua Pedro Jacques de Magalhães nº 3, 6440-111 Figueira de Castelo Rodrigo - PORTUGAL

Telefone: (+351) 271 311 202 / 962 685 691

<https://www.faiabrava.pt/>

<https://www.facebook.com/reservafaiabrava>

https://www.instagram.com/reserva_faiabrava/

Pombal tradicional. - FOTO: HENK SMIT



01 Prefácio

FAIA BRAVA OU A HISTÓRIA DOS CEM HERÓIS



HENK SMIT
Presidente do Conselho Diretivo da Faia Brava

No verão de 2005, durante um curso de espanhol em Salamanca, conheci a Ana Berliner, o António Monteiro e o seu projeto Riba Côa. Para mim, foi o ponto de partida para vinte anos de amizade e colaboração estreita, durante os quais construímos a Faia Brava, juntamente com muitos, muitos outros que também aqui deixaram o coração.

Considero-me muito feliz por contribuir para o desenvolvimento desta Área Protegida única que foi crescendo e se consolidou graças aos contributos de muitas pessoas: os fundadores, os membros, inúmeros funcionários, patrocinadores, parceiros financeiros e de cooperação, administração central e local.

A história da Faia Brava mostra que juntos podemos sempre fazer a diferença e que a nossa contribuição é

essencial para restaurar a natureza, independentemente do papel que desempenhamos. A Faia Brava é o resultado de um esforço conjunto e é também por isso que esta história nos enche de orgulho. Os 25 anos da Faia Brava são motivo para celebrar a sua história e inspirar quem sonha com um mundo mais biodiverso.

A Faia Brava tem sido uma referência na Conservação da Natureza e continuará a afirmar-se através das suas ações e do seu papel ativo no Movimento para a criação de uma Rede de Áreas Protegidas Privadas em Portugal.

Neste livro, olhamos para o futuro com esperança, e com a certeza de que as áreas naturais de gestão privada assumirão um papel fundamental em Portugal e além-fronteiras.









Gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para o crescimento da nossa bela reserva ao longo dos últimos 25 anos. Para mim, a Faia Brava é a história dos cem heróis!

Desejo-vos muita inspiração ao lerem este livro e espero que o mesmo vos motive para continuarmos a criar mais espaços para a Natureza.



Reserva da Faia Brava

LEGENDA

-  Miradouro
-  Cascata
-  Área Protegida Privada Faia Brava
-  Área de gestão da Associação Transumância e Natureza
-  Grande Rota do Vale do Côa
-  Trilho dos Biólogos
-  Trilho de Algodres
-  Trilho de Cidadelhe

0 1 km



Melro-de-água, *Cinclus cinclus*.

FOTO: © JOÃO COSME

Linha do Tempo

HISTÓRIA DA ATN E FAIA BRAVA



Ideia inicial de criar um projeto de conservação Côa, Águeda e Douro.

1999

Projeto "Cliff breeders" – Início do apoio da Fundação MAVA.



Criação da **Associação Transumância e Natureza (ATN)**, em Junho de 2000.

2000

Aquisição das primeiras propriedades (28 hectares) – Pombal do Coto.



Grande incêndio e mudança de estratégia (início da compra de terras para conservação – modelo de reservas privadas).

2003

Introdução dos garranos e arranque do "conceito de Rewilding" em Portugal.



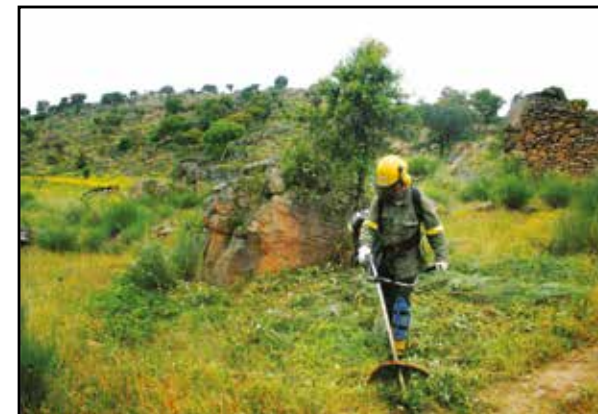
2005



Compra da Quinta do Ervedeiro em Cidadelhe (200 hectares na margem esquerda do Côa).

2007

Criação da ZIF Vale do Côa (Zona de Intervenção Florestal).



2008



Lançamento da marca "Azeite Faia Brava".

2009



Reforço institucional e compra das "Faiais do Coa" (propriedade de 300 ha).

2010

Criação da Área Protegida Privada (APP) Faia Brava.

Fase de modernização e profissionalização da associação.



2011

Criação da Grande Rota do Vale do Côa (itinerário de visitação e ecoturismo).





Aquisição de novos terrenos com o apoio da Fundação Natura Ibérica. Atingimos cerca de 1000 ha de propriedades dedicadas à conservação da Natureza.



Expansão da área de conservação da Faia Brava para Sul.



Assembleia geral da ATN aprova novos estatutos, nova identidade e imagem.

Arranque do Movimento para a criação de uma rede nacional de APP.

Arranque dos projetos Trees for All, Fundação VIRIDIA, Interreg Europe, Soil@INT.

Protocolos de colaboração com as universidades de Aveiro e do Algarve.

Encontro Nacional de ONGAS.

Inauguração de exposição de fotografia no Museu do Côa.



2012

Integração na rede Rewilding Europe.

Parceria com a Fundación Naturaleza y Hombre (Espanha).

2015

Projetos LIFE Rupis, LIFE Fincas e Wolflux.

2016

Projeto "Filling the Gaps".

Consolidação da rede ecológica e ampliação de parcerias estratégicas.



2017

Elaboração do Plano Estratégico de Conservação.

Criação da Rede de Espaços para a Natureza (EPNs) com 5 áreas principais:

- Faia Brava (APP)
- Vale das Loiras e Arribas da Mata
- Ribeira do Mosteiro
- Middle Côa
- Arribas de Fornos.

2018

Inauguração do Trilho dos Biólogos (Pequena Rota).



2019

2022

Arranque do projeto LIFE Aegyptius.

2023

2024

Primeira reunião do Conselho Comunitário Consultivo.



02

ENQUADRAMENTO LEGAL E PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS



ADOLFO MORAIS DE MACEDO
Jurista, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

O conceito de área protegida por motivos de conservação da natureza foi introduzido na ordem jurídica nacional pela Lei de Bases de Conservação da Natureza (Lei n.º 9/70, de 19 de junho), que previu a criação de Parques Nacionais e Reservas Botânicas, Zoológicas e Geológicas como áreas demarcadas com objetivos de proteção da natureza e dos seus recursos, nomeadamente da paisagem, da flora, da fauna e das formações geológicas. Mas só com a primeira Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de abril) surge uma referência, ainda que muito genérica, a áreas protegidas privadas, ao estabelecer, no n.º 3 do seu art.º 29.º, dedicado

precisamente às áreas protegidas, que a iniciativa de classificação e conservação de áreas protegidas podia também competir a particulares. Esta referência genérica permitiu ao Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, que criou a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), consagrar a possibilidade de serem criadas áreas protegidas de estatuto privado, então designadas “sítios de interesse biológico”, com o objetivo de, a requerimento dos proprietários interessados, serem protegidas espécies da fauna e da flora selvagem e respetivos habitats naturais com interesse ecológico ou científico.

Atualmente, o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro), consagra no n.º 6 do seu art.º 11.º, a par de áreas protegidas de âmbito nacional, como parques nacionais, parques naturais, reservas naturais,

paisagens protegidas e monumentos naturais, e de áreas protegidas de âmbito regional ou local, a possibilidade de serem classificadas áreas protegidas de estatuto privado, designadas “áreas protegidas privadas”.

A classificação de uma área protegida, como resulta do art.º 12.º do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, visa a atribuição de um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade, dos serviços dos ecossistemas ou do património geológico ou à valorização da paisagem. Para a prossecução de um ou vários desses objetivos pode então ser atribuída a designação de “área protegida privada” a terrenos privados não incluídos em áreas protegidas de âmbito nacional, regional ou local, conforme refere o n.º 1 do seu art.º 21.º. Essa designação pressupõe que haja um pedido nesse sentido por parte do proprietário do terreno ou terrenos onde se pretende implantar a área protegida privada.

A Portaria n.º 1181/2009, de 7 de outubro, estabelece os trâmites a que deve obedecer essa manifestação de vontade por parte do proprietário do terreno, esclarecendo desde logo que o requerimento para a designação de uma área protegida privada pode ser efetuado não só por um proprietário mas por vários proprietários, caso existam, dos terrenos a serem abrangidos pela área protegida, e ainda pelo titular ou titulares de outros direitos reais de gozo sobre esses mesmos terrenos, quando autorizados para tal pelo proprietário ou proprietários, e também por

organizações não governamentais de ambiente ou pessoas coletivas de direito privado com quem o proprietário ou proprietários tenham celebrado um acordo nesse sentido.

O art.º 3.º da Portaria n.º 1181/2009 esclarece onde e como deve ser apresentado o requerimento e os elementos que dele devem constar obrigatoriamente. Assim, o requerimento para a designação de uma área protegida privada deve ser efetuado por escrito através do formulário eletrónico disponibilizado para o efeito no sítio da Internet do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) e dirigido ao respetivo Conselho Diretivo.

Do requerimento devem constar a identificação do requerente (e dos titulares, administradores ou gerentes, caso o requerente seja uma pessoa coletiva), o seu domicílio (ou sede, em caso de pessoa coletiva), a indicação do nome pretendido para a área protegida e a indicação da sua entidade gestora. E deve ser acompanhado por documento comprovativo da titularidade do direito de propriedade (ou do direito real de gozo, se for o caso, bem como, neste caso, pela autorização do proprietário ou proprietários para a designação da área protegida), pelo acordo estabelecido pelos proprietários (no caso de terrenos pertencentes a dois ou mais proprietários ou de requerimento apresentado por organização não governamental de ambiente ou por pessoa coletiva de direito privado), pela planta de delimitação da área protegida à escala de 1:25000 e



Abelharuco, *Merops apiaster*.

FOTO: © JOÃO COSME

1:10000, pelos extratos das plantas de síntese e de condicionantes dos instrumentos de gestão territorial e das peças gráficas dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal aplicáveis, pela cartografia do uso do solo à escala 1:10000, pela nota justificativa sobre os motivos e objetivos da designação da área protegida, com a indicação dos valores naturais que aí ocorrem e das ações previstas de conservação e promoção da biodiversidade, dos serviços de ecossistemas, do património geológico ou de valorização da paisagem, pelo enquadramento e caracterização da área nos domínios geográfico, biológico, geológico, paisagístico e socioeconómico, pelo projeto de plano de gestão a celebrar

com o ICNF e ainda por quaisquer outros elementos considerados relevantes para a apreciação do pedido.

Caso não haja motivo para indeferimento liminar do requerimento, por falta de documentos necessários ou por contrariar normas legais ou regulamentares em vigor, o pedido é analisado e decidido pelo ICNF no prazo de 90 dias úteis, a contar da sua receção ou da receção das informações adicionais que por ele sejam solicitadas, sendo a contagem do prazo suspensa, até 20 dias úteis, sempre que haja necessidade de consultar autarquias locais da área ou entidades da administração central, conforme resulta do art.º 4.º e do n.º 1 do art.º 5.º da Portaria n.º 1181/2009.

Findo o prazo, o ICNF decide favoravelmente, conforme requerido, pela designação da área protegida privada, desde que o projeto de plano de gestão apresentado preveja ações de conservação ativa e que se confirme a necessidade de um estatuto legal de proteção para a manutenção da biodiversidade, dos serviços dos ecossistemas ou do património geológico ou a valorização da paisagem e a existência de ocorrências naturais que, pela sua raridade, valor científico, ecológico ou cénico, sejam particularmente relevantes, exigindo medidas específicas de conservação e gestão para a sua manutenção e valorização.

Esta decisão de reconhecimento da área protegida privada é efetuada por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do ICNF que, conforme previsto no n.º 5 do art.º 21.º do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e no n.º 3 do art.º 5.º da Portaria n.º 1181/2009, pode nela interditar, ou condicionar a autorização do ICNF, a prática de determinados atos ou atividades suscetíveis de prejudicarem a biodiversidade, o património geológico ou outras características da área protegida. Recebida a notificação deste despacho, o requerente tem dois meses para celebrar um protocolo de gestão com o ICNF, sob pena de caducidade do reconhecimento. Depois, nos 30 dias úteis que se seguem à assinatura do protocolo de gestão, o despacho de reconhecimento da área protegida privada é publicado em Diário da República, juntamente com a delimitação

da sua área, a identificação da sua entidade gestora e a indicação dos locais onde o seu plano de gestão pode ser consultado, passando então a área protegida privada a integrar a RNAP, com esse facto a ser divulgado no sítio da Internet do ICNF.

Continuando a acompanhar o disposto na Portaria n.º 1181/2009, agora nos seus art.º 6.º e 9.º, a gestão da área protegida privada é efetuada nos termos do protocolo de gestão acordado com o ICNF, onde devem constar as ações a empreender para a manutenção da biodiversidade, dos serviços dos ecossistemas ou do património geológico ou a valorização da paisagem bem como todas as condicionantes determinadas para o atingir dos objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade fixados. Anualmente, a entidade gestora da área protegida privada deve elaborar um relatório de execução do protocolo de gestão, a remeter ao ICNF, com a explicitação das ações desenvolvidas e os seus resultados sobre os objetivos da designação da área protegida e a conclusão quanto ao contributo do estatuto de proteção para a manutenção ou valorização das ocorrências naturais nela existentes.

Finalmente, o estatuto de área protegida privada pode caducar a todo o tempo por solicitação do proprietário ou proprietários dos terrenos ou do requerente ou pelo incumprimento dos pressupostos ou das obrigações decorrentes do estatuto de área protegida privada, nomeadamente das constantes no protocolo de gestão.

Reserva da Faia Brava.

FOTO: © JOÃO COSME





Chapim-azul, *Cyanistes caeruleus*.
FOTO: © JOÃO COSME

Mata da Albergaria no outono
Parque Nacional da Peneda-Gerês.

FOTO: © JOÃO COSME

03

BREVE HISTÓRIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL



FERNANDO SANTOS PESSOA
Primeiro Presidente
do Serviço Nacional de Parques,
Reservas e Património Paisagístico

A Política de Ambiente em Portugal só ganhou expressão após a mudança do regime da ditadura para o regime democrático, o que aconteceu em 1974. Anteriormente, e graças à personalidade do Eng^o Correia da Cunha, existia a Comissão Nacional do Ambiente, a que ele presidia, e que foi fundamental para se começar a falar das questões ambientais, sobretudo após a Conferência de Estocolmo, de 1972, apesar da Comissão se dedicar sobretudo aos aspetos físicos do ambiente. Entretanto tinha sido criado o Parque Nacional da Peneda – Gerês, que não seguiu a orientação da UNESCO quanto à classificação das áreas protegidas, pois as características daquela região aproximavam-na mais do parque natural do que nacional. Isso deu lugar, já na altura, a certa

discussão técnica, a que eu assisti, nomeadamente entre alguns arq^o. paisagistas (Caldeira Cabral, Ribeiro Telles) e por exemplo alguns florestais como Baeta Neves – o título de nacional era mais uma questão de dar notoriedade ao Parque da Peneda-Gerês, que é, realmente, uma região riquíssima em valores naturais e culturais.

O parque natural é um conceito europeu e o primeiro a ser instituído foi o de Lüneburger Heide Park, em 1920, na região de Lüneburg, perto de Hamburgo, que tive ocasião de visitar, e mais tarde, já nos anos 60 do século XX, nasceram os parques naturais regionais franceses.

A Política de Ambiente iniciada com o regime democrático teve, entre outras, a grande importância de ir buscar os pilares fundamentais da conservação e do ajustamento das paisagens no espaço biofísico português: a Conservação da Natureza (CN) e o Ordenamento do Território (OT).

A CN - e não a proteção da Natureza como até então se dizia (pois conservar é gerir, proteger é apenas museografar) – propõe-se gerir os ecossistemas por forma a que a sua utilização possa servir os interesses

das comunidades humanas sem afetar os valores e os equilíbrios da Natureza.

CN e OT são assim os dois pilares fundamentais de uma política ambiental consciente e que permitiu construir o esqueleto legislativo da intervenção ambiental: a RAN, a REN, os PDM, os PROT e as Áreas Protegidas. Nunca será demais insistir nestes conceitos, sobretudo num tempo em que, por estranho que possa parecer, essa evidencia foi abandonada a favor de interesses menos claros de negócios e desorganização do território. A desautorização da REN e da RAN, sempre por “imprescindível interesse nacional” parece ter-se vulgarizado.

No primeiro folheto informativo editado pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP), depois ICN e agora ICNF, dizia-se explicitamente: “Uma parcela de um território, mais ou menos vasta, com as suas explorações agrícolas, o seu artesanato, as suas habitações, os seus rebanhos, as aldeias, tornar-se-á um parque natural com a participação dos seus habitantes.”

Quando sejam sobretudo os valores naturais valiosos a estarem em risco, a área protegida assume o carácter de Reserva Natural.

Estas Áreas Protegidas surgem como exaltação dos valores do mundo rural e da natureza, procurando promover os valores locais, da paisagem, das comunidades, da biodiversidade.

As Áreas Protegidas (AP) como os parques naturais e as reservas naturais com grande dimensão territorial,

possuíam uma organização que incluía o Diretor, responsável pela gestão, e um Conselho Geral onde estavam representadas as Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e representantes de serviços técnicos regionais mais ligados aos destinos de cada AP. Todos os assuntos de investimentos e medidas que recaíssem sobre a AP eram discutidos e por isso este órgão tinha um grande papel didático e de educação ambiental.

Tudo isso foi desaparecendo e houve mesmo quem afirmasse a dada altura que as AP tinham poder decisório a mais e que as decisões tinham de ser centralizadas em Lisboa. A orgânica foi sendo alterada, atualmente as AP nem sequer têm Diretor!

Uma das principais missões das AP, tal como foram originalmente concebidas, era precisamente a envolvência das populações, e, enquanto duraram os Conselhos Gerais, existiu sempre uma excelente e proveitosa participação das populações, quer na Serra da Estrela quer na Arrábida, ou em Castro Marim e Ria Formosa. Hoje, apesar da cogestão, parece haver um maior alheamento das populações e a burocracia do sistema tem aumentado. O trabalho de gestão diária do território e as ações de Conservação da Natureza parece terem sido preteridos em favor de tarefas puramente administrativas, passe embora a carolice e competência de tantos técnicos que continuam “agarrados” às suas AP.

Pulo do Lobo
Parque Natural do Vale do Guadiana.

FOTO: JOÃO PEDRO SANTOS



A situação atual não é nova, pois já em tempos houve dois Secretários de Estado, um do Ambiente e outro das Florestas, que quiseram juntar as duas instituições, sem o conhecimento do próprio Ministro, o Eng.º Amílcar Teias, que denunciou publicamente esta estratégia por a considerar contraproducente. Infelizmente, a criação do ICNF não parece ter trazido benefícios, nem às Áreas Protegidas, nem às Florestas.

Portugal possui algumas AP de grande relevo internacional e basta citar a Arrábida, a Serra da Estrela e a Ria Formosa como Parques Naturais, os Estuários do Tejo e do Sado como Reservas Naturais. Esperemos que venham um dia a ter de novo um diretor cada uma, um quadro que seja recrutado pelas suas competências técnicas, nesta área específica da gestão sustentável do Território e da Conservação da Natureza.

Trepadeira-azul, *Sitta europaea*.

FOTO: © JOÃO COSME



TESTEMUNHOS



SANDRA SARMENTO
Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte e Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Celebrar o 25º aniversário da classificação da Faia Brava como Área Protegida Privada é lembrar a importância de um compromisso coletivo em torno da conservação da natureza e da biodiversidade, num território que é, por excelência, ponto de encontro de patrimónios – a Zona de Proteção Especial do Vale do Coa, Área Importante para Aves - IBA Vale do Coa, e, claro, o Parque Arqueológico do Vale do Coa.

Criada pelo Aviso n.º 26026/2010, de 14 de dezembro, com uma área de 214,65ha, a Faia Brava, pelas suas

características biofísicas, é reduto de inúmeras espécies faunísticas e florísticas de elevado valor conservacionista, com destaque para as aves rupícolas, subgrupo que aqui reúne maior número de espécies com elevado estatuto de ameaça e onde se inclui o britango, ou abutre-do-egito e a águia-de-bonelli.

Neste contexto, cabe ainda especial referência ao trabalho desenvolvido pela Associação Faia Brava (anteriormente designada Associação Transumância e Natureza - ATN), quer na implementação do seu plano de gestão, direcionado para o incremento da biodiversidade, nomeadamente do efetivo nidificante de várias espécies rupícolas; quer no envolvimento das comunidades e na dinamização de parcerias, redes colaborativas e campos de voluntariado, determinantes para a valorização e promoção do património natural e cultural deste território.

Vale do Côa. - FOTO: MISHELL FARINANGO

04 Histórias por contar...

FAIA BRAVA: O NOSSO OLHAR SOBRE OS PRIMEIROS 25 ANOS



**ANA BERLINER
E ANTÓNIO MONTEIRO**
Sócios fundadores da Associação
Transumância e Natureza

A história da Reserva da Faia Brava é, para nós, também a nossa própria história. Ao longo de um quarto de século, entrelaçaram-se neste lugar único a paixão pela natureza, o compromisso com o território, o investimento pessoal e familiar, e uma convicção profunda: que uma cidadã ou um cidadão, pode fazer a diferença — seja numa comunidade, numa região, num ecossistema.

Este contributo, inserido no livro comemorativo dos 25 anos da Faia Brava, não pretende ser uma monografia nem uma história oficial do projeto. É, antes, o nosso testemunho pessoal.

Um relato de quem viveu por dentro o nascimento, as dúvidas, os desafios e as conquistas de um projeto ousado, que começou com uma ideia simples e generosa — proteger as aves rupícolas do Vale do Côa — e se transformou numa referência internacional de rewilding, conservação e desenvolvimento rural.

Com este texto, propomos uma cronologia comentada, contada na primeira pessoa. Uma linha do tempo vivida, onde os factos se cruzam com emoções, decisões, hesitações e aprendizagens. A nossa intenção é deixar registo não apenas do que aconteceu, mas do que sentimos e do que nos moveu em cada momento. Porque acreditamos que a memória é também um instrumento de futuro, e que partilhar este percurso pode inspirar novas gerações a continuar e reinventar a Faia Brava com igual entrega e sentido de missão.

A nossa fórmula foi sempre a da perseverança, da ação concreta, da convicção profunda e de um amor incondicional pela Natureza, pela nossa Terra. É essa história que aqui começamos a contar.

A gênese: criar uma associação para proteger aves rupícolas (1999–2003)

A Associação Transumância e Natureza (ATN), que em 2025 celebra 25 anos de existência, teve origem em junho de 1999, durante um congresso sobre abutres realizado em Saint-Rome de Dolan, nos canhões do Tarn (Parque Natural dos Grands Causses, sul de França). O encontro, promovido pela FIO - Feira Internacional de Ornitologia, reuniu alguns dos mais prestigiados especialistas europeus em aves de rapina. Foi ali que conhecemos Jesús Garzón e Maarten Bijleveld, figuras de referência na conservação da natureza. Com eles, numa empatia que surgiu espontaneamente, entre caminhadas em montanha e conversas de esplanada, surgiu a ideia: criar uma organização não-governamental dedicada à proteção das aves rupícolas — britango (*Neophron percnopterus*), águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), cegonha-preta (*Ciconia nigra*) — nas Arribas do Douro e seus afluentes, no nordeste de Portugal.

Na altura, trabalhávamos para o Instituto da Conservação da Natureza (ICN), no processo de instalação do recém-criado Parque Natural do Douro Internacional (PNDI). Esse trabalho, tipo missão, em que toda a equipa do parque e o seu diretor, Domingos Amaro, fervilhava de positivismo e motivação, integrava-se num contexto mais amplo de criatividade e entusiasmo institucional vivido no Nordeste de Portugal, com a recente formalização do

Parque Arqueológico do Vale do Côa (1996) e a criação dos primeiros sítios da Rede Natura 2000 (1999). Foi também o tempo em que surgiram outras associações locais como a Palombar, a AEPGA, a Pantorra, a Aldeia ou a Frauga — algumas das quais ajudámos a fundar.

Mas havia também um desconforto: a zona sul do parque — Escalhão e Almofala, e a ZPE do Vale do Côa (Algodres, Vale de Afonso, Cidadelhe), — permaneciam esquecidas, sem vigilância, com ameaças crescentes e sem presença institucional. Conhecíamos bem essas paisagens, tínhamos raízes familiares ali, estávamos ligados afetiva e historicamente àquela ruralidade: às fragas, à agropecuária tradicional, aos pombais. Era aí que queríamos intervir.

A ATN nasceu dessa urgência de agir contra as ameaças ambientais — incêndios recorrentes, uso de venenos, perseguição a predadores — e de criar uma resposta autónoma, inovadora e próxima das comunidades. Era um tempo de juventude, de entusiasmo e de confiança no potencial socio-ecológico deste território. Acreditávamos que o Nordeste podia deixar de ser um espaço periférico e afirmar-se a partir da valorização do seu extraordinário património natural. Para isso, seria necessário criar projetos sediados no terreno, com envolvimento comunitário e parcerias internacionais. À época, não havia iniciativas de conservação privada nem projetos de cidadania ambiental na região. Queríamos uma associação pequena, ágil e com liberdade para inovar onde o Estado



No vale do Côa com Luc Hoffman, Rosane e Jan Koemann – junho 2000.

FOTO: ANTÓNIO MONTEIRO

não chegava — e que pudesse ser também uma extensão operacional do PNDI em matéria de conservação de aves.

Tudo isto coincidiu com os primeiros passos do nosso percurso de vida em comum. A 2 de junho de 2000 casámos e, quatro dias depois, interrompemos a lua-de-mel para fundar oficialmente a ATN em Figueira de Castelo Rodrigo, na presença de convidados ilustres como o próprio Luc Hoffmann, que apoiou a ideia desde o início.



Visita a Cidadelhe com Luc Hoffman, Jesus Garzon e amigos – junho 2000.

FOTO: ATN



Jesus Garzon com proprietários de Algodres depois de uma escritura de compra de terra à porta do cartório notarial em Figueira de Castelo Rodrigo – maio 2001.

FOTO: ANA BERLINER

A escolha do nome derivava de um projeto internacional promovido por Jesús Garzón sob a coordenação da Stichting Nature and Transhumance (STN), com sede na Holanda. Adotámos esse nome como sinal de integração numa rede europeia e por reverência ao nosso amigo e mentor Jesús. A escolha do logótipo também foi simbólica: propus uma pega-rabuda, mas Jesús insistiu numa ovelha e numa pega-azul (*Cyanopica cooki*) —



Dias depois do incêndio de 1 de agosto de 2003.

FOTO: ANTÓNIO MONTEIRO

símbolos da ruralidade ibérica. E ele tinha razão: a imagem ficou, e a energia também.

Com o apoio da Fundação MAVA, assegurado através do Jesús e do Maarten, iniciámos de imediato um projeto-piloto para o triénio 2000–2003. Nesse verão, adquirimos o primeiro terreno nas margens do Côa, que incluía um pombal tradicional, e instalámos um alimentador para britangos. Nascia assim o projeto Cliff Breeders. Demos os primeiros passos com poucos meios, mas com uma vontade contagiante. Mais do que fundar uma associação, estávamos a construir um projeto de vida. Onde muitos viam abandono, nós víamos promessa. A ATN nasceu assim: com ideias, afetos, estratégia e um compromisso

profundo com a regeneração ecológica e a valorização do território. Sem sabermos ainda, estávamos a caminhar rumo ao que seria a Faia Brava.

Tempos de dúvida e de resiliência (2003–2006)

A ATN enfrentou, logo no início, a sua primeira grande prova de fogo — literalmente. A 1 de agosto de 2003, durante o que foi um dos verões mais negros do nosso país, um incêndio devastador, vindo de longe, terminou o seu percurso nas encostas do Côa, em Algodres. Arderam matos, oliveiras, sobreiros centenários



Com Jesus Garzon visitando propriedades recém adquiridas - novembro 2001.

FOTO: ANA BERLINER

e milhares de moitas de azinheiras foram reduzidas a cinzas. Eu, António, estive lá, e assisti aquela tarde infernal. A frente do incêndio era larga e dispersa, impelida por um vento escaldante. Um vasto lençol de terras queimadas foi crescendo até ao fim do dia e o vale ficou mergulhado em fumo.

Duas semanas depois, regressámos com amigos e colegas. Atravessámos a paisagem ardida, acampámos nas margens do rio. Foi nesse momento que percebemos como aquele vale era simultaneamente agreste e frágil. O nosso compromisso tinha de ser mais amplo e duradouro.

A ATN era, então, uma estrutura incipiente. O projeto inicial tinha terminado, tínhamos 30 hectares e 3 pombais

para gerir — mas sem financiamento estável, sem plano a longo prazo, sem apoios institucionais. Estávamos sós. E a dúvida surgiu: valeria a pena continuar?

Procurámos inspiração noutros projetos. Visitámos reservas em Espanha, Escócia, Holanda e Bélgica. Sonhávamos com florestas prístinas como Bialowieza, o Bosque de Dean, Veluwezoom, Muniellos. Aos poucos, a utopia da natureza autónoma e regenerada começou a ganhar forma: talvez a solução não passasse por gerir espécies, mas por dar tempo ao território e confiar nos processos naturais.

No terreno, as dificuldades mantinham-se: elevada frequência de fogos estivais, perseguição aos predadores, antagonismo às aves de rapina, escassez de presas. Mas algo inesperado aconteceu: os vizinhos das terras já compradas começaram a bater-nos à porta e a propor-nos a venda de mais propriedades. A nossa vontade de adquirir mais terrenos e ganhar escala encontrou uma janela de oportunidade. Abriu-se uma espécie de caixa de Pandora: adquirir mais e mais terrenos e potenciar de expansão territorial do projeto. Foi aí que percebemos que começava a formar-se um puzzle — com peças que se tocavam e outras que demorariam a encaixar.

Comprámos, do nosso bolso, várias parcelas, entre as quais se destacavam os cerca de 10 hectares no local de Saboia. O terreno era belo, intocado por incêndios, mantinha um coberto vegetal em mosaico, com um extenso prado natural, bordejado por um murete tosco

com silvas e rosmaninhos em jeito de sebe, mas também uma galeria de freixos e salgueiros que acompanhava uma linha de água temporária (Ribeira da Frieira). Havia também um apreciável número de azinheiras e sobreiros, de diferentes idades e formatos, que dispersos regeneravam espontaneamente junto a afloramentos de granito.

Inspirados na ARK Nature (que já usava cavalos e vacas em reservas naturais na Holanda), adquirimos cinco jovens garranos numa feira tradicional em Arcos de Valdevez — um macho e quatro fêmeas. Uma das poldras trazia uma ferida aberta de dentada de lobo, cuja cicatriz permitiu identificá-la durante anos. Os proprietários dos garranos, com receio de os perderem nos montes do Parque Nacional, vendiam-nos, nessa feira, quase a preços simbólicos — e por isso a fêmea ferida custou-nos 30 euros! Feita a viagem soltámo-los na “Sabóia” num habitat bem mais seco e árido que os verdes montes do Minho. Assim nasceu, à nossa maneira, a primeira microreserva na Faia Brava.

No plano pessoal, também estávamos a transformar as nossas vidas. Nasceram as nossas filhas, Madalena e Beatriz. Lançámos a Casa da Cisterna, que passou a acolher visitantes, voluntários, investigadores e amigos. Partilhávamos pão, vinho, ideias e sonhos, e assim também nasciam oportunidades práticas de continuar este projeto de conservação da natureza privado.

Foi assim que, em 2005, nos visitou Henk Smit. Trouxe uma visão mais clara, estruturada sobre



Henrique Miguel Pereira e Ana Berliner, planeiam a ZIF do Vale do Côa – julho 2008.

FOTO: ANTÓNIO MONTEIRO

a sustentabilidade económica do projeto. Nasceu uma amizade e parceria que dura até hoje. Com Henk, a ATN deixou de ser apenas um passatempo experimental — ganhou rumo, método e estratégia.

Estratégia, Equipa Técnica e a Área Protegida Privada da Faia Brava (2006–2010)

Entre 2007 e 2010, a ATN passou de ser um projeto resiliente, mas frágil, para se tornar numa organização que definiu missão, visão, valores e objetivos estratégicos. Elaborámos então um plano de gestão a 10 anos (2009–2019), com uma estratégia simples:

aquisição de mais terrenos como forma de garantir autonomia e eficácia nos processos de conservação da natureza — nomeadamente, reduzir o número e o impacto dos incêndios. Rentabilizar os recursos agrícolas e concorrer a apoios nacionais e internacionais (os habitualmente designados “projetos financiados”) passou a integrar de forma definitiva a agenda da organização. Esse processo de crescimento foi possível graças ao contributo voluntário de Alexandra Cerveira Lima, que desempenhou nessa altura o papel de gestora e cuidadora da ATN.

Pouco a pouco, foram surgindo pequenas vitórias. A aquisição da Quinta do Ervideiro, na margem esquerda do Côa, em 2008, foi um marco decisivo, apenas possível pelo apoio direto da STN (Jan Koeman e Nicole Wevers) e pela campanha de angariação de fundos na Holanda organizada por Henk Smit — em que “trocávamos” azeite dos nossos olivais pela compra de mais metros quadrados. Esta quinta veio reforçar a nossa presença na paisagem, com uma faixa de encostas “faias” e mais de dois quilómetros de margem de rio, que incluía colónias de grifos e ninhos de dois casais de abutres-do-Egito.



Alice Gama e voluntária nos censos de grifos – março 2008.

FOTO: ANTÓNIO MONTEIRO

A expansão para a margem esquerda do Côa simbolizou algo mais profundo: começávamos a ver o rio como um eixo ecológico único, e não como duas margens separadas.

Foi também neste período que o projeto ganhou o nome que o acompanha até hoje: Reserva da Faia Brava. O nome provém do topónimo mais agreste e selvagem de todo o Vale do Côa — uma fraga com quase cem metros de altura, intransponível, onde, segundo relatos locais, nenhum cabreiro ousava passar — e que se tornou símbolo da natureza indómita que queríamos proteger. A reserva deixava de ser um arquipélago de pequenas propriedades dispersas e tornava-se um território contínuo com uma visão de longo prazo.

Foi um tempo de estratégia, mas sobretudo de muitas e diversas ações experimentais: reforçámos o número de garranos, abrimos charcas em colaboração com a associação local de caçadores, criámos um alimentador de abutres, condicionámos a caça menor nos terrenos da associação, povoámos com sucesso os pombais para a águia-de-Bonelli, plantámos centenas de milhares de árvores e bolotas, e deixámos a regeneração natural seguir o seu curso nas linhas de água.

Nesse âmbito, talvez o passo mais decisivo tenha sido a entrada da bióloga Alice Gama na pequena equipa da ATN. Ainda longe de uma estrutura profissionalizada, a associação ganhou com ela uma presença permanente e sensível no território. Competente e profundamente

empenhada, a Alice tornou-se a pedra angular da prática da ATN, garantindo a continuidade do projeto no terreno, a organização interna e a gestão dos primeiros programas estruturados de monitorização e conservação.

Estabelecemos a sede em Figueira de Castelo Rodrigo e apostámos no contacto com o público e no aumento do número de sócios. A ATN cresceu sob a direção de Henrique Pereira dos Santos, e assim surgiram os primeiros apoios de entidades portuguesas, com destaque para financiamentos obtidos através de concursos do BES e da EDP. Pela primeira vez, sentíamos que a Faia Brava estava a ganhar robustez e que o projeto era levado a sério.

Em 2010, celebrámos os 10 anos da criação da ATN com um conjunto de atividades marcantes: lançámos o primeiro livro comemorativo, com textos, imagens e testemunhos que ajudaram a construir a nossa memória institucional, e organizámos um workshop técnico sobre reservas privadas, com a presença de várias entidades regionais e nacionais, incluindo o ICNB. Sentiu-se então que o projeto tinha raízes, pessoas, território e um futuro claro — e que estava aqui para ficar.

Para culminar esta etapa, em 2010 concretizámos, sob a coordenação e empenho do conjunto de pessoas já nomeadas, uma das nossas maiores conquistas: o reconhecimento oficial da Faia Brava como a primeira Área Protegida Privada (APP) de Portugal. Este reconhecimento, atribuído pelo Estado Português, marcou, a nosso ver, uma viragem histórica na política



Na Noruega em junho de 2015, estabelecendo redes com ONGs locais.

FOTO: ANTÓNIO MONTEIRO

de conservação da natureza no país. Pela primeira vez, o modelo de gestão privada — assente na propriedade, no voluntariado e na ciência cidadã (que na altura começava timidamente a ser divulgada) — era formalmente validado e legitimado.

O processo de criação da APP culminou com a memorável visita do Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa. Foi uma visita oficial, mas com um ambiente de informalidade e energia positiva: em plena Sabóia, entre sobreiros e à vista de um prado onde pastava uma manada de garranos, o Secretário de Estado cumprimentou, um a um, todos os funcionários da reserva, incluindo os guardas que então envergavam o primeiro uniforme da ATN.

Consolidação e Rewilding (2010–2014)

Entre 2010 e 2014, a ATN assumiu plenamente a responsabilidade de gerir o seu projeto central: a Reserva da Faia Brava. Depois de anos marcados pela resiliência, pela tentativa-erro e pela construção de uma base, começava a consolidar-se uma estrutura funcional e eficaz. Tínhamos deixado de ser um projeto promissor para nos tornarmos uma referência nacional, com perspetivas de maior internacionalização.

Nesse período, a ATN voltou a contar com o apoio da Fundação MAVA, o que permitiu um salto qualitativo: por um lado, a verdadeira profissionalização da sua equipa técnica; por outro, a concretização de um dos momentos mais importantes da história da ATN — a aquisição das “faias” de Algodres/Vale de Afonsinho. Tratava-se da maior propriedade adquirida até então, com cerca de 340 hectares, fundamentais para as aves rupícolas. Foi uma aquisição difícil, mas altamente simbólica, apenas possível graças à ajuda de um dos grandes apoiantes da associação, o Dr. Manuel Braga da Cruz. Mais do que uma expansão territorial, representou a afirmação de que a Faia Brava era viável, respeitada e capaz de crescer de forma sustentada.

A associação passou a ter capacidade de resposta no terreno, elaboração de candidaturas, execução de projetos e, sobretudo, representação técnica competente em encontros e redes. A relação com universidades

aprofundou-se — com destaque para a Universidade de Aveiro e a Universidade de Wageningen. Os estágios e teses de licenciatura e mestrado multiplicaram-se, reforçando o rigor científico e a abertura ao mundo académico.

Sem incêndios, os sinais de mudança tornavam-se evidentes. Os matos diversificavam-se em espécies, as encostas transformavam-se em brenhas densas e selvagens, nos planaltos surgiam bosquetes espontâneos de azinheiras e carvalhos-cerquinhos. Mais cortinas de freixos e salgueiros nasciam ao longo das linhas de água, e zonas que antes eram escavações de terra nua convertiam-se em charcas renaturalizadas. É importante destacar que, no caso das pequenas árvores, tudo foi resultado de anos e anos de reflorestação com os amigos do Coletivo Germinal. Em certos pontos, a paisagem assumia já um aspeto mais florestal e equilibrado.

Também a fauna dava sinais de recuperação: o regresso da cegonha-preta e do falcão-peregrino, o aumento dos avistamentos de abutres-negros, a confirmação da presença de gato-bravo e a tímida entrada do corço na paisagem. A águia-de-Bonelli beneficiava da presença dos pombais restaurados. Na fauna e na flora, o ecossistema reagia e renaturalizava-se.

Em 2011–2012, em conjunto com os nossos maiores parceiros institucionais “de toda a vida” — a Fundación Naturaleza y Hombre, presidida por Carlos Sánchez



Depois de uma ação de plantação de árvores com equipa e voluntários – novembro 2012.

FOTO: ANA BERLINER

— aderimos à iniciativa Rewilding Europe. Fomos, juntamente com os espanhóis, um dos cinco projetos pioneiros desta rede europeia. Os nossos esforços de rewilding, até então ainda sem nome formal, foram finalmente reconhecidos e integrados numa visão continental. Fruto de uma nova campanha de aquisição de parcelas em falta (projeto “Closing the Gaps”), a reserva atingiu os 800 hectares. A ampliação da vedação perimetral única permitiu ações de gestão mais eficazes ao nível dos grandes herbívoros.

As manadas de garranos aumentaram e estabilizaram-se, com diversos haréns — um deles com um garanhão e 15 éguas! —, readquirindo alguns dos comportamentos de equídeos selvagens.

Prosseguimos com a introdução de vacas da raça Maronesa, concretizando o sonho do regresso de manadas mistas de proxies dos grandes herbívoros selvagens no próprio Vale do Côa, após 15 mil anos!

Esse esforço em trazer essas espécies de volta teve, sempre, em conta que a própria Faia Brava se localiza dentro do Parque Arqueológico do Vale do Côa e que, nas margens do rio, na Quinta do Ervideiro, existe um interessante núcleo de gravuras rupestres: a “Faia”.

Com o apoio de amigos como Alfredo Sendim e Hardy Oelke, ampliámos em 2014, a experiência de “asilvestramento” de grandes herbívoros, na Freineda (concelho de Almeida), no local que denominamos de “Midle Côa”, com uma pequena manada cavalos do tipo Sorraia, também um contributo para a preservação desta raça em vias de extinção.

Foram tempos de confiança. Passámos a acreditar — e a fazer acreditar — que era possível, num recanto esquecido do interior, construir um modelo inovador de conservação e gestão da natureza. Um modelo tecnicamente rigoroso e enraizado no território rural, mas que promovesse a “internacionalização” do projeto e da região.

Crescer e “Criar Espaços para a Natureza” (2014–2019)

Entre 2014 e 2017, a ATN viveu o seu período mais pujante. Foi um tempo de consolidação e afirmação — de ideias, de escala e de influência. A Faia Brava continuava o seu percurso como referência nacional e europeia em conservação privada.

Foi neste período que o mote “Criar Espaços para a Natureza” emergiu como a síntese perfeita da nossa missão. Mais do que um slogan, era o reflexo do que vínhamos a fazer há anos: adquirir, restaurar, proteger e deixar a natureza seguir o seu curso. O conceito de rewilding, que até então parecia exótico, tornou-se familiar e a ATN foi pioneira na sua tradução prática e replicável para a realidade ibérica.

A equipa técnica cresceu, tornou-se mais robusta, dinâmica, talentosa e multidisciplinar, sob a direção de Pedro Prata. Com talento e visão alargada, a organização estruturou-se internamente: criaram-se procedimentos, reforçou-se a comunicação, delinearam-se planos de gestão mais exigentes e eficazes. Passámos a atuar não só no terreno, mas também em fóruns institucionais e políticos. A Faia Brava ganhava valor ecológico, mas também capacidade de comunicação e influência pública. A ATN crescia em todos os indicadores positivos: área adquirida, orçamento anual, dimensão da equipa, número de parceiros internacionais e projetos em curso —

incluindo importantes iniciativas como o LIFE Rupis e o Life Club de Fincas, ambos com o apoio estruturante da Fundação MAVA, com quem mantivemos uma relação sólida e de confiança mútua.

A Faia Brava consolidava-se, mas o horizonte expandia-se. Começávamos a pensar para lá dos limites da reserva, com um olhar estratégico sobre todo o Vale do Côa e outras áreas potenciais de intervenção. A ideia de replicar o modelo Faia Brava noutros territórios — no Middle Côa (Freineda), na Ribeira do Mosteiro, nas Arribas da Mata de Lobos ou nas Arribas de Fornos — começou a ganhar forma. O projeto deixava de ser “insular” e abria-se ao território como um verdadeiro laboratório vivo de conservação colaborativa.

Este foi o tempo da identidade. O slogan “Criar espaços para a natureza”, que já era a nossa missão — ainda que dita por outras palavras —, deixou de ser apenas um objetivo: passou a ser uma prática, uma rede, uma filosofia e um contributo concreto para o futuro do território raiano.

Sustentabilidade e Restauro Ecológico (2019–2025)

A partir de 2019, a ATN entrou numa nova fase marcada pela busca de sustentabilidade. Foi o tempo de consolidar o que havia sido construído, garantir continuidade com consistência e preparar o futuro sem

perder o foco essencial: criar e gerir espaços para a natureza com equilíbrio ecológico, social e financeiro.

Nesta etapa, a estrutura técnica estabilizou-se e a identidade institucional reforçou-se. Apostámos numa gestão mais estratégica e enraizada no território, mas também mais exigente na consolidação de resultados. A Faia Brava deixou de ser apenas um símbolo de inovação e tornou-se um exemplo de resiliência organizacional. As fontes de financiamento diversificaram-se, o plano de gestão foi revisto e as prioridades definidas com maior precisão.

A política de aquisição e arrendamento de terrenos prosseguiu de forma seletiva, com foco na conectividade ecológica e no reforço da matriz territorial. Mantiveram-se acordos voluntários com proprietários e abriram-se protocolos de longo prazo, promovendo uma gestão mais colaborativa e com maior envolvimento da comunidade local. Esse modelo permitiu expandir a área de intervenção sem comprometer a capacidade de gestão.

Foi também neste período que a investigação científica ganhou destaque. O percurso de doutoramento que iniciei em 2023 reforçou o elo entre prática e conhecimento, trazendo novos olhares sobre os processos ecológicos e sociais da regeneração paisagística no Vale do Côa e no oeste ibérico.

Em 2023, sob a direção de António Araújo — que acompanhou de perto os 25 anos de trajetória da ATN



Observando o sobreiral desde o miradouro da “Cadeira do Rei” – setembro 2024.

FOTO: ANTÓNIO MONTEIRO

— iniciou-se uma transição tranquila e profissional na liderança. A nova direção trouxe estabilidade à equipa, reorganizou processos internos e aprofundou a cultura institucional, num estilo pragmático, cooperativo e orientado para o longo prazo. Consolidou-se assim uma fase de maturidade, preparando a Faia Brava para os desafios futuros.

A Grande festa dos 25 Anos!

Em 2025, celebramos 25 anos da Associação Transumância e Natureza e da Reserva da Faia Brava — uma trajetória marcada por compromisso, perseverança e visão. Ao longo deste tempo, a Faia Brava manteve a sua vocação experimental e vanguardista, mas evoluiu

para uma abordagem mais estratégica e centrada em resultados efetivos. Foi um percurso feito com os pés na terra e os olhos no horizonte, com um profundo sentido de missão, responsabilidade e cidadania. Aqui investimos vida, tempo e ideias — e aqui deixámos um legado duradouro.

Nada teria sido possível sem o contributo de dezenas de pessoas — técnicos, voluntários, vizinhos, amigos e parceiros — que deram corpo, alma e continuidade a um projeto coletivo, robusto e transformador. A Faia Brava tornou-se mais do que uma reserva: é um espaço de regeneração ecológica e social, um laboratório vivo de inovação em conservação da natureza.

De algumas dezenas de hectares iniciais, passámos para mais de 1000 hectares geridos diretamente, aos quais se somam centenas de hectares, confinantes, e sob gestão colaborativa. A Faia Brava é hoje a maior área privada de conservação da natureza em Portugal — um exemplo pioneiro que inspirou projetos semelhantes e consolidou o conceito de *rewilding* no debate nacional.

“Criar Espaços para a Natureza” deixou de ser apenas um lema: é uma prática replicável, com impacto mensurável. Num território marcado por despovoamento e estagnação, a conservação da natureza tornou-se uma via concreta de desenvolvimento. Investiram-se, ao longo destes anos, alguns milhões de euros na economia local,

criaram-se empregos qualificados em meio rural, dinamizou-se o turismo de natureza e formaram-se dezenas de jovens conservacionistas — muitos deles hoje ativos noutras geografias, levando consigo a Faia Brava como referência.

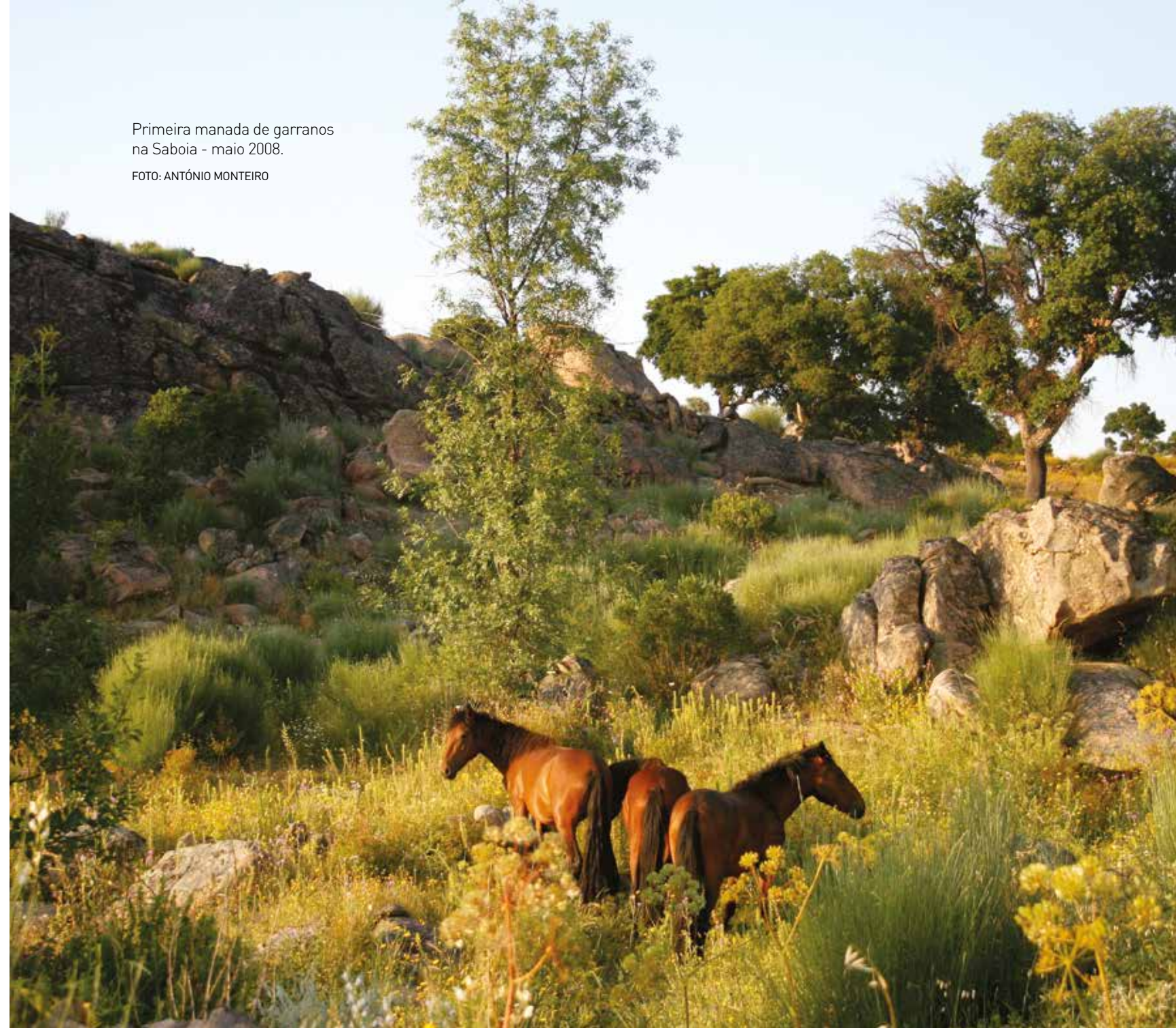
A nível institucional, a ATN integrou redes e consórcios internacionais, e trouxe para Portugal uma nova abordagem à conservação — menos centrada no controlo, mais focada na autonomia dos processos naturais. Sem ser de forma deliberada, a Faia Brava tornou-se um contributo para a presente década da restauração ecológica, antecipando os princípios da nova Lei de Restauro da Natureza. Aqui regeneram-se habitats, retornam espécies, aumenta-se a resiliência dos ecossistemas e procura-se reduzir o impacto de alterações climáticas e grandes incêndios. A paisagem é hoje mais rica, mais autónoma, mais conhecida e mais respeitada.

Acolhida por pessoas de várias nacionalidades - holandeses, espanhóis, franceses, ingleses, italianos e, sobretudo, portugueses -, a Faia Brava representa uma Europa solidária, colaborativa e regeneradora, que valoriza a identidade local e o envolvimento cívico. É um projeto onde cidadãos comuns participam ativamente na recuperação ecológica e na revitalização dos territórios rurais.

Vida longa à Faia Brava.

Primeira manada de garranos na Saboia - maio 2008.

FOTO: ANTÓNIO MONTEIRO



Pombal tradicional. - FOTO: © CLÁUDIA COSTA



TESTEMUNHOS



JOSÉ PEREIRA
Presidente da Associação
Palombar

A Associação Transumância e Natureza e a Área Protegida da Faia Brava foram determinantes no meu percurso profissional. Foi ali que tive alguns dos primeiros contactos verdadeiros com o movimento de conservação da natureza em Portugal. A Faia Brava não é apenas uma reserva privada, é um território onde se experimenta, se aprende e se cuida da natureza com visão e coragem. Para mim, e para muitos colegas que se formaram comigo, representou uma verdadeira escola ao ar livre, onde biodiversidade, paisagem e pessoas se cruzam num projeto que inspira.

Hoje, enquanto presidente da Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural, é com enorme satisfação e sentido de responsabilidade que celebramos, em cooperação, estes 25 anos de história da Faia Brava. A Palombar e a Faia Brava partilham uma génese comum, com alguns sócios fundadores em comum, e caminham lado a lado na celebração dos seus aniversários e dos resultados alcançados. São 25 anos de muito impacto!

A Palombar reforça agora o seu compromisso de parceria e cooperação com a Faia Brava, por um futuro com mais natureza em Portugal. A Faia Brava continua a ser um exemplo do que é possível alcançar com dedicação, persistência e amor à terra.

Que os próximos 25 anos sejam ainda mais ambiciosos e transformadores — porque precisamos, mais do que nunca, de territórios como este.



Azenha - FOTO: LUIS MOREIRA

FRAGA VIVA - REDUTO DO BATRÁQUIO, UM DISCRETO MUNDO JUNTO ÀS ÁGUAS DO TÁVORA

ALCINO OLIVEIRA
Um dos iniciadores da Fraga Viva

Começamos este texto tentando vencer um embaraço primário de falar aos outros de nós próprios, embaraço mais sentido por acontecer em razão de pública celebração de uma iniciativa maior. Avançamos, a coberto da nossa irrelevância, como contributo à divulgação do ideal das áreas protegidas privadas em Portugal e, assim, singela homenagem à Faia Brava e seus iniciadores.

A Fraga Viva – reduto do batráquio não é uma iniciativa de ambientalistas, não surge como uma causa ambiental, não é definitivamente um exercício de ativismo ambiental. O que seja ou possa ser, ajuíze o leitor pelo breve relato da sua história.

Começou pelo desejo de recuperar e animar património familiar na pequena aldeia das Arnas e redondezas. Aqui se encontra um antigo moinho de água que, de tão notável construção e enquadramento, entusiasmou ideias de recuperação. Entretanto, no acaso das nossas amizades, ficámos a conhecer a Faia Brava e a figura jurídica da área protegida privada. Estudou-se essa figura jurídica como hipótese valorizadora do território em volta do moinho, ponderando-o como elemento participante na sua reanimação. Acreditando cumprir os devidos pressupostos, resolveu-se iniciar um processo de candidatura à classificação de área protegida privada para esse território: pequeno vale por onde corre um corgo, acompanhado por uma galeria ripícola, abrangendo as encostas que o formam até chegar a um planalto. A candidatura, bem conduzida pela bióloga Antónia Soares, saiu feliz e, em 2021, surge a área protegida privada Fraga Viva – reduto do batráquio. Assim acaba o primeiro capítulo desta história.

A classificação de área protegida privada comprometeu-nos com um modelo e plano de gestão para a área, em acordo com o ICNF. Uma outra atenção impôs-se-nos, dando azo a uma nova experiência do ambiente local; à curiosidade do que é percebido como silvestre e o que significa proteger uma área - ainda que tão pequena - pelos seus valores naturais - ainda que tão singelos. Reconheceu-se então a profusão de rãs-ibéricas no local - inícios do nome «reduto do batráquio» - espantámo-nos com a vista de um pequeno mocho empoleirado num ramo (ou seria coruja?), alegrámo-nos com o voo de um par de pombas selvagens (seriam rolas?), com a azáfama da água entre árvores cobertas de um saudável verde...soube-se de uma loba prenhe numa lura das redondezas. Estas experiências trouxeram novas considerações sobre a área protegida que, se começou por mera razão nominal, assumiu-se como uma razão essencial. Passou a ser nossa ordem principal a capacidade de estimular e proteger, gerindo, uma área de natureza silvestre, sob a presença tutelar do antigo moinho; regidos não por metas ou fins, mas pela obediência a essa ordem, guardar um espaço para o possível silvestre, o indomesticado. Tal nunca significa um abandono aos processos de recuperação natural, pois comprometemo-nos com uma gestão que confessa uma vontade atuante, embora incerta dos seus resultados. Tenta seguir

uma máxima de nutricionista - sabendo que não se sabe muito, o aconselhável é o máximo de variedade na alimentação - e estimular a diversidade silvestre da área, como critério de proteção da Fraga Viva. Esta nova consideração da área protegida fez-nos repensar o seu enquadramento na região. As fronteiras da área não são os seus limites: sem ilusões de autarcia, relaciona-se e estende-se pelos espaços e comunidades que a circundam, também culturalmente - esperamos nós. Esta área protegida não é um espaço pristino e selvagem, inserindo-se numa paisagem essencialmente cultural e trabalhada, outrora intensamente, pelos que têm nos recursos naturais a sua riqueza e fonte de subsistência. Propõe-se então articular o respeito e defesa da natureza silvestre como dimensão crucial da economia e cultura locais. Aqui finda o segundo capítulo da história.

O terceiro capítulo, ainda em aberto, comenta o surgimento de uma nova consciência sobre as valências que a gestão da Fraga Viva deve assumir. Tornar a nossa presença significativa na região, nos termos desejados, sustenta-se com conhecimentos fundamentados e na capacidade de os comunicar. Também como autodefesa, deve mostrar-se de interesse público, enriquecedora da cultura e economia locais. Este horizonte mais amplo leva-nos a explorar o conceito de serviços de ecossistemas como base teórica de um novo plano de gestão a desenvolver. Assim estudar os serviços de

aprovisionamento, de regulação e culturais existentes na área e formas de os incrementar. O sentido último é o de encontrar linhas de ação que, pela proteção e estímulo da biodiversidade silvestre, propiciem razões captadoras de benefícios económicas. A proteção da área protegida deve ser ciente dos gastos associados, da necessidade em gerar receitas que sustentem as práticas e colaborações - que não se pretendem

em regime de voluntariado. Aqui lembramo-nos do parentesco etimológico entre economia e ecologia que ofusca a tentação de ganhos financeiros mais imediatos, de custosa sustentação. Na investigação deste caminho alternativo, cujo percurso não é certo e o destino impreciso, encontra-se a Fraga Viva, mantendo sempre por estrela polar o estímulo e proteção da biodiversidade silvestre.



Represa no inverno. - FOTO: LUIS MOREIRA



Tritão-marmorado,
Triturus marmoratus.

FOTO: © JOÃO COSME



Azenha. - FOTO: LUIS MOREIRA

Pelo narrado, um juízo do que seja a Fraga Viva já é possível, acreditando haver juízos discordantes. Aqueles mais calejados nos desafios de restauro e defesa ambiental, com justeza, julgarão esta iniciativa de ingénua. Com certeza o é, a sua premissa de gestão assim indicia, aguardando que a experiência caldeie as expectativas originais e morigere as práticas seguidas, mantendo uma imaginosa perseverança. Também ingénua por ser uma iniciativa que não se calcula em ambições projetadas no tempo.



Experiências de reflorestação pós incêndio. - FOTO: LUIS MOREIRA

Define-nos este carácter conservador, de defesa e continuidade de uma natureza silvestre que ainda sobrevive no tempo, sem um fundo nostálgico, sabendo que sempre se ignora o seu surpreendente porvir. Por isso, não é a Fraga Viva algo virado para o futuro, os seus tempos são o passado e um presente em permanente reorganização. Atrevemo-nos a apresentar estes nossos ingénuos ímpetus como um tributo ao espírito iniciador da Faia Brava. Uma iniciativa que imaginamos começada por um sentido de urgência

íntima na defesa da natureza selvagem, não surgida de um cálculo ponderado de sucessos possíveis, mas do cumprimento de um sentido de dever - nestes termos, também de inícios ingénuos. Uma iniciativa cuja sabedora persistência a fez crescer como exemplo de intervenção ambiental.

Finalizamos este texto com uma descrição do que encontrará quem venha a passar pela Fraga Viva, escondido reduto, com menos de 15ha, na aldeia das Arnas (Sernancelhe), numa área montanhosa hoje pontuada por torres eólicas. Na sua entrada encontra-se um antigo moinho de 3 pisos, ainda em trabalhos de recuperação, que servirá de alojamento e de apresentação da área protegida. É este moinho alimentado por uma antiga levada iniciada numa represa existente no coração da área protegida. Esta levada e o edifício do moinho serão os únicos notórios elementos humanos nesta área protegida, traçada por incursões noturnas dos javalis, que não se preocupa com o conforto das visitas, mas cuida pela espontaneidade da vida silvestre. Essa levada é paralela a uma galeria ripícola com os seus freixos, amieiros, sabugueiros e salgueiros, velhos e novos, tombados ou afirmados, que foram tomando antigos terrenos de uso agrícola num paulatino processo de retorno silvestre. Galeria que escolta um pequeno ribeiro desnivelado entre rochas, em caminho até ao rio Távora. Nesta área pululam as rãs-ibéricas e anónima vida típica destes ecossistemas,

como a vegetação rupícola nos afloramentos rochosos e muros por aqui encontrados, sendo o espaço mais rico da área protegida. Nas encostas mais elevadas da área e a montante da represa encontra-se um território violentado pelo fogo há uns anos, domínio da giesta, prolongando-se a galeria ripícola sobre dois riachos menores que alimentam a represa. À parte a galeria ripícola e um pinhal adulto com os seus míscaros, numa das encostas da área protegida, toda a área foi fortemente atingida pelo fogo, justificando uma fase de restauração que combina a nossa intervenção com a regeneração natural dos pequenos carvalhos e castanheiros que vão despontando. Um terreno pedregoso, escarpado - onde, espantosamente, antes se trabalhava o centeio - cujas dificuldades de acesso o habilitam nas suas intenções de proteção e estímulo da vida silvestre. Assim ajudando às populações de espécie ameaçadas comprovadas na região, como o tartaranhão-caçador, o lobo ibérico ou o gato bravo.

Pequena área protegida, sem qualquer magnificência, onde o único pormenor excecional - um moinho de arquitetura desusada - perde relevância para o ambiente silvestre que veio refazendo o território e apostamos proteger. A palavra mais usada neste texto será «silvestre», mas tal não se perceba como veemente expulsão do humano deste espaço - o silvestre nunca apaga o humano, ou não tivéssemos, cada um de nós, um lado indomesticado, um coração também ele selvagem.

TESTEMUNHOS



LOUISE VET
Professora emérita de ecologia,
Universidade de Wageningen

A minha ligação com a Faia Brava começou há cerca de 13 anos, após uma conversa inspiradora com Henk Smit, o presidente do conselho diretivo da associação. O seu entusiasmo em relação a este projeto de Rewilding e à criação da primeira Área Protegida Privada em Portugal, onde ocorrem várias espécies de aves raras e altamente ameaçadas, foi o que despoletou o meu interesse. Como ecologista e por estar ligada a muitas organizações que trabalham no restauro da biodiversidade, vi uma grande oportunidade de apoiar a reabilitação destas áreas remotas, abandonadas pelas pessoas e onde a atividade agrícola estagnou e transformá-las em hotspots de biodiversidade. Não demorou muito para que eu visitasse a Faia Brava, e o Vale do rio Côa roubou-me o coração. Fiquei impressionada com a ambição da equipa e com as muitas atividades em curso: reflorestação,

construção de charcas, vigilância de incêndios e outras medidas tomadas para evitar o seu impacto, muitas vezes devastador, sobretudo tendo em conta as alterações climáticas. A Faia Brava também é gerida para manter manadas de cavalos garranos e reativar antigos olivais e amendoeais biológicos abandonados, com impactos muito positivos na biodiversidade. Que riqueza!

Em 2012, como diretora do Instituto de Ecologia dos Países Baixos (NIOO-KNAW), a primeira coisa que fiz foi comprar os pacotes de Natal da Faia Brava, com vinho e azeite locais, deliciosos, para todos os nossos investigadores e outros funcionários do NIOO. Não é de surpreender que tenha sido um grande sucesso, e repeti-o durante vários anos. Desde então, estou satisfeita e orgulhosa por ter conseguido ajudar a Faia Brava com alguns donativos para alargar a área protegida e quero encorajar outros a seguirem o meu exemplo. Qualquer oferta, mesmo a mais pequena, pode e irá ajudar a aumentar esta valiosa biodiversidade. O meu lema é sempre: “restaurem, diversifiquem e liguem os habitats e a natureza seguir-vos-á avidamente”. A Faia Brava é um ótimo exemplo disso!

Durante a minha última visita, vivi uma experiência hipnotizante, num abrigo fotográfico instalado num dos alimentadores de abutres geridos pela Faia Brava

em colaboração com a Casa da Cisterna e desfrutei de alojamento de alta qualidade, disponível na região. Tudo isto é o resultado do trabalho que a Faia Brava leva a cabo com a população e os operadores locais, promotores turístico, agricultores e também com os ecologistas e investigadores da Academia, implicados na conservação da natureza e da paisagem, e na melhoria da qualidade de vida das populações. Estas iniciativas sustentáveis da base para o topo são cruciais em tempos de governos nacionais e europeus desinteressados ou incompetentes. Bravo Faia Brava!



JELKA BOTH
Membro do Conselho Diretivo
da Natura Ibérica

Novas charcas para garantir água todo o ano, plataformas de nidificação para o regresso dos abutres-pretos, um trator novo indispensável para a plantação de árvores e as sementeiras essenciais para manter

as populações de presas... estes são alguns dos apoios que temos dado à Faia Brava enquanto Fundação Natura Ibérica. Promovemos a sustentabilidade ecológica na Península Ibérica, principalmente através da recolha de fundos para projetos especiais de apoio ao restauro da biodiversidade, mas também organizamos atividades de ecoturismo, oferecemos explorações gastronómicas e distribuímos azeite da Faia Brava nos Países Baixos. Desde a nossa fundação em 2015, concentrámos os nossos esforços principalmente na Área Protegida Privada da Faia Brava. Ao longo dos anos, esta cooperação institucional transformou-se numa amizade forte entre holandeses e portugueses. A Península Ibérica é o lar de muitos grandes valores naturais que requerem atenção e cuidado. Muitos neerlandeses visitam as zonas rurais da península e sentem-se envolvidos com o que se está a passar. Para além dos esforços dos governos a todos os níveis, é necessário o envolvimento dos cidadãos e nós temos todo o gosto em contribuir para que haja cada vez mais espaços para a Natureza.

Encontre-nos em: <https://www.naturaiberica.nl/>

25 ANOS DE FAIA BRAVA: UM NOVO COMPROMISSO COM A TERRA



ALFREDO SENDIM
Fundador e gestor da Área Protegida Privada do Montado do Freixo do Meio

Celebrar os 25 anos do movimento Faia Brava significa em primeiro lugar reconhecer a visão e o trabalho de todos os que permitiram este sonho realizar-se. A Todos a nossa profunda gratidão.

Significa também celebrar o redescobrir de uma outra forma de olhar para a Natureza, conferindo-lhe um lugar primordial na nossa esfera socio política que facilite o enriquecimento das nossas relações com a Vida, a nível funcional, emocional e cultural.

Para autores como Baptiste Morizot ou Viveiros de Castro, a atual crise ambiental não deriva apenas da crise da sociedade humana ou da crise do sistema terrestre, mas principalmente da forma como nos relacionamos com os outros seres vivos. Sofremos de uma perda de sensibilidade atroz para com a natureza, traduzida pela forma como aceitamos lidar com ela, sem lhe conferir qualquer direito, usando-a

apenas como um cenário e como um armazém de recursos. Esta crise promovida pela nossa atitude antropocêntrica em relação ao sistema natural, condiciona as relações que podemos estabelecer com os outros seres vivos. Hoje, o sistema que nos trouxe a este mundo e do qual dependemos de forma vital, não existe para nós como realidade que é. Existe apenas como conceito abstrato, como evidencia Viriato Soromenho Marques. Consequência de uma visão dualista, a natureza saiu da nossa esfera. Passamos a existir apenas nós, os humanos. Sem entender que as nossas soberanias de nada valem sem o sistema terrestre a funcionar. É como ser dono de uma tecla de um computador sem software a funcionar, como diz o Paulo Magalhães. Obviamente que ninguém consegue alterar o seu relacionamento com algo que não existe! É também por isso que a existência de áreas de natureza em bom estado de conservação se torna absolutamente essencial, sendo na realidade vital para todos nós. Neste contexto, as Áreas Protegidas Privadas (APP) são estruturas, espaços fundamentais para que esta outra ética seja possível.

Este movimento celebra também a importância da Ação da sociedade civil na estrutura dos estados democráticos

Montado.

FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA

e livres. O conceito das APP, implementado em Portugal pela primeira vez pela Faia Brava, é um extraordinário exemplo do compromisso cidadão face à atual realidade e desafios em termos de gestão territorial. Constitui e inicia a efetivação de um instrumento de fomento do equilíbrio necessário no mosaico da Paisagem Portuguesa. Todos os que estamos conscientes da realidade atual, sentimos a urgência de garantir espaços, áreas de conservação e de renaturalização para mitigar as pressões urbanas, alimentares, energéticas.... Acreditamos na importância da competitividade económica de cada solução/peça do mosaico, pelo que a figura legal das APP desempenha potencialmente, enquanto fórmula efetiva de comunicação e de diferenciação, um papel determinante. A criação de uma marca nacional de regeneração e de conservação (APP) que permita a clareza suficiente para efetivar as ações necessárias como o pagamento de serviços de ecossistema ou o restauro de habitats, assume na atualidade um papel determinante.

Celebrar os 25 anos da Área Protegida Privada da Faia Brava é comemorar um verdadeiro ponto de viragem no rumo à renovação e à implementação de políticas efetivas de conservação da natureza no nosso território, na sua maioria, privado.

Enquanto seres empáticos, foi para nós fundamental a inspiração promovida pela criação da Faia Brava. Há muito que os valores naturais que ocorrem no Freixo do Meio, assumiam, pelo seu valor científico, ecológico e

paisagístico, uma especial relevância que justificava o seu reconhecimento e integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas. No entanto, por diversos motivos o nosso processo só se efetivou a partir do momento em que a Faia Brava se constituiu. Dez anos mais tarde, através do Despacho do ICNF 003/2022, de 19 de Abril de 2022, tivemos a honra ver reconhecida como APP a totalidade da Herdade do Freixo do Meio, com 584 ha. O trabalho de elaboração do Plano de Gestão foi realizado internamente pelo Biólogo Ricardo Silva e pela Eng. Florestal Ana Vasconcelos, orientados e com o apoio do incansável Biólogo João Carlos Farinha.

Ciente da importância cultural e identitária do sistema multifuncional “Montado” e dos valores ecológicos existentes neste território, o Montado do Freixo do Meio assume-se desde há décadas como um Laboratório Vivo de Agroecologia: Agricultura Biológica integral desde 1997, integração de práticas regenerativas, integração da componente de educação ambiental, ações de conservação da natureza (iniciadas em 2006 através da implementação do Plano de Gestão do Gato-bravo), Permacultura, Pastoreio e manejo Holístico, Agrofloresta de Sucessão Dinâmica, aproveitamento de recursos alternativos (como a bolota), e estreita cooperação com diferentes instituições de Investigação.

A criação da Área Protegida Privada do Montado do Freixo do Meio foi assim acompanhada pela elaboração de um Plano de Gestão que orienta as atividades no

sentido da proteção e promoção dos seus valores naturais e que nos guia na procura permanente de boas práticas e soluções de melhoria contínua da relação do Homem com o seu entorno.

A Área Protegida Privada do Montado do Freixo do Meio alberga mais de 1.000 espécies catalogadas, selvagens e domésticas, como o gato-bravo (*Felis silvestres*), emblemático por ser uma espécie ameaçada de extinção, que coabita com o açor (*Accipiter gentilis*), a águia-de-bonelli (*Aquila*

fasciata), a águia-calçada (*Aquila pennata*), a águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), a cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), o falcão-abelheiro (*Pernis apivorus*), o tritão-de-ventre-laranja (*Lissotriton boscai*), o tritão-marmoreado-pigmeu (*Triturus pygmaeus*) e muitos outros seres de elevada importância ecológica (naturdata).

O esplendor do Montado, resultante da antiga floresta portuguesa de sobro e azinho, é um sistema agroflorestal medieval se não neolítico, que resulta de



Reunião preparatória para o futuro plano de gestão da Área Protegida Privada do Montado do Freixo do Meio.

FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA



Centro de Interpretação do Montado e da Agrofloresta CIMA).
FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA



Mercadinho.
FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA

uma relação de respeito e harmonia entre o Homem e a Natureza, desenvolvida ao longo de séculos. A beleza e a magnificência do Montado assentam numa rede simbiótica de cooperação entre muitas espécies diferentes de plantas, animais, fungos e microrganismos. É no nosso entender uma verdadeira inspiração para a nossa comunidade humana.

As espécies domésticas animais existentes no Montado do Freixo do Meio (MFM) assumem hoje, no ecossistema natural, as funções que as espécies selvagens desempenhavam até serem por nós extintas (auroque, zebro, sarrio e outros). São seis das mais ancestrais raças da península ibérica, ou seja, mais próximas do antepassado selvagem que as originou: vaca-barrosã, ovelha-merino-preto, porco-alentejano, cavalo Sorraia, burro-bagueiro e galinha-preta-lusitânica.

Este importante ecossistema do Mediterrâneo é um refúgio de biodiversidade reconhecido a nível mundial, onde é possível descobrir a vida selvagem e doméstica bem como observar a integração destes dois mundos num modelo agroecológico que permite a coabitação de um sistema de produção alimentar com elevados níveis de biodiversidade e de funcionalidade ecológica.

Não há bons ventos para um marinheiro que não sabe a que porto se dirige e por isso a nossa estratégia passa por continuar a sonhar, libertando a vítima dos nossos sonhos dos últimos 500 anos, de uma vez por todas. Vamos acrescentar valor a todos os bens que possamos reunir no espaço da área protegida, sem comprometer a sucessão dinâmica dos ecossistemas. Neste momento dispomos de 13 micro fábricas de transformação alimentar, estamos a dar corpo a uma operação de alojamento no local e de restauração com base nos nossos produtos, desenvolvemos programas didáticos nas áreas da literacia Ecológica, Antropológica e da Biologia, destinados a



Réplica de uma aldeia do neolítico
FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA

diferentes faixas etárias, promovemos ações como retiros de empresas, formações, comemorações, compensações e acolhemos visitantes com os quais realizamos atividades no espaço natural, como retiros e festivais.

A nossa micro-utopia passa por estruturar a Área Protegida Privada do Montado do Freixo do Meio por forma a efetivar não apenas um sistema natural, mas também promover um verdadeiro polo de contacto/relacionamento/compatibilização entre este e o sistema humano. Sonhamos com a possibilidade de em apenas

5% da área (Zona Social), conseguir garantir todas as necessidades da nossa espécie, á nossa escala, como economia, trabalho, habitação, saúde, inspiração, ... permitindo assim priorizar o sistema natural na restante área. Esta encontra-se por sua vez organizada em três conceitos distintos. Uma Zona de conservação (50ha), uma Zona de Montado Clássico (450ha) e uma Zona de Inovação onde instalamos novos sistemas agroflorestais inspirados no Montado, mas que incorporam não apenas o conhecimento atual como os desafios presentes.

TESTEMUNHOS



JEROEN VAN DER HORST
Trees for All

A Faia Brava já tinha uma reputação especial como reserva natural privada portuguesa quando em 2021 a Trees for All começou a procurar parceiros na Europa. Através de um dos membros do nosso conselho de administração, Cor von Meijenfeldt, um grande fã da Faia Brava, fomos postos em contacto e uma corrente positiva estabeleceu-se de imediato.

Ficámos a saber que, embora a Faia Brava tenha uma vida vegetal e animal rica, está também muito degradada devido a uma utilização intensiva do solo no passado. Vimos de imediato oportunidades para apoiar a reflorestação com espécies nativas. Em 2022, financiámos um primeiro projeto-piloto de plantação de 8 000 árvores em “ilhas de árvores” vedadas e localizadas em áreas altamente desflorestadas. A seca prolongada que se seguiu e os danos causados pelos javalis não favoreceram as espécies resistentes e replantando em locais onde



havia humidade suficiente e os javalis não chegavam. Durante a nossa visita ao projeto com uma delegação da Trees for All, em dezembro de 2023, não só ficámos agradavelmente surpreendidos com os milhafres em círculos por cima de nós, salamandras de fogo e sobreiros poderosos, mas também com os oásis verdes onde a azinheira, o medronheiro e a rosa-canina proliferam.

Ficámos muito entusiasmados quando começámos a trabalhar num novo conceito com o recém-nomeado diretor, Antonio Araujo e Henk Smit. Tornou-se uma abordagem integrada sob o pretexto de “Plantar uma árvore, ajudar uma árvore e proteger uma árvore”. A Faia Brava instalou um viveiro para espécies autóctones, alargou e criou mais charcas e podou azinheiras e

sobreiros para acelerar a sua passagem de arbustos a árvores e os tornar mais resistentes a eventuais fogos. O inverno passado, para além das árvores plantadas, foram semeadas mais de 20.000 bolotas, em nichos entre as rochas, para aumentar a população de sobreiros. A equipa de campo tinha visto como os ratos recolhiam bolotas para constituir reservas de inverno, algumas das quais germinavam e criavam raízes como “petisco esquecido”. Ou como disse António: “Os ratos são os engenheiros do ecossistema: criam, transformam e mantêm a floresta na Faia Brava. Mostram que aquilo que por vezes consideramos sem importância e respeitamos menos, pode na verdade ter um valor inestimável”.

Continuamos a seguir e a imitar a Mãe Natureza para apoiar a restauração florestal na Faia Brava, com o José, o Luis, o Carlos, a Ana, a Silvia, o António e tantos outros. A todos felicitamos calorosamente pelo trabalho desenvolvido ao longo destes 25 anos. Fazemos votos para a expansão desta área única, onde esperamos que em breve, o lobo, o veado e o lince ibérico vejam crescer as suas crias em paz e onde os visitantes poderão apreciar o nascer do sol sobre um novo Vale do Côa, mais florestado. Que a Faia Brava seja um exemplo de sucesso na conservação da natureza em Portugal e não só!



GIULIA MONTESI

Tive o privilégio de passar quatro meses na Faia Brava durante o meu estágio Erasmus.É, sem dúvida, o lugar mais selvagem onde já estive, um canto do mundo onde a natureza reina e tem a supremacia.

Nós, humanos, é só parar, observar e deixar-se envolver pelo seu poder silencioso. A extraordinária riqueza da vida selvagem na reserva, proporcionou-me cada dia uma surpresa. Ver os grifos a circular no céu, reconhecer os rastros deixados ao longo dos caminhos e encontrar de perto animais que nunca antes vira foi emocionante e é inesquecível. Senti-me sempre livre e profundamente ligada ao que é essencial. A Faia Brava deixou-me uma sensação de calma e de equilíbrio. Fez-me redescobrir o valor da simplicidade e do tempo, sem pressas.

GIULIA MONTESI, fez um internship no âmbito do Erasmus, 4 meses em 2025

ÁREA PROTEGIDA PRIVADA VALE DAS AMOREIRAS, O SONHO DE UMA VIDA



**ANA CARLA CABRITA
E NUNO CARVALHO**
Rewilding Sudoeste

Quando Raban e Nelly von Mentzingen, se mudaram para o sudoeste de Portugal, encontraram na propriedade que adquiriram no Vale das Amoreiras, em Aljezur, o lugar a que ainda hoje chamam casa. No Vale das Amoreiras apaixonaram-se pela paisagem e pela natureza que os rodeava. Foi assim que, esta família de origem alemã, começou um trabalho de décadas em prol da conservação e proteção da natureza da região. Um apaixonado pelos belíssimos exemplares de carvalhos, sobreiros, medronheiros, e pelas muitas outras espécies nativas que nesta propriedade prosperavam desde há muito tempo, Raban dedica-se à sua preservação e manutenção, com uma abordagem inovadora na altura, deixar a natureza desenvolver os seus processos e dinâmicas naturais com a menor intervenção possível.

Infelizmente, em 1997 a família von Mentzingen veria um enorme incêndio reduzir a cinzas as encostas verdes da paisagem que os rodeava e destruir parcialmente a propriedade. Com apenas alguns velhos sobreiros sobreviventes na propriedade, Raban não esmorece. Pacientemente, e contra a maioria das opiniões, decide “deixar” a natureza desenvolver os seus processos e dinâmicas naturais de recuperação da paisagem. Assim, ao longo de trinta anos, apenas fazendo uso de intervenções pontuais, sobretudo para eliminar espécies exóticas, todos foram assistindo à recuperação da paisagem envolvente, ao reaparecimento das plantas novas que nasceram das sementes ali existentes, ou a partir das que para ali foram levadas pela ação natural de ventos e da fauna circundante. A abordagem simples, mas inovadora de Raban permitiu assim a total recuperação natural do coberto vegetal o que levou a que aves, mamíferos, répteis, anfíbios e insetos ali regressassem com o passar do tempo. Passados todos estes anos, a quase totalidade da floresta atingiu o estado clímax de desenvolvimento, e hoje podem-se ali encontrar várias espécies de plantas protegidas (como o carvalho-de-monchique (*Quercus canariensis*) ou o

azevinho (*Ilex aquifolium*) e até raras (como a *Senecio lopezzi*) e uma enorme variedade de animais, como os texugos, raposas, ginetas, águias, corujas, cágados mediterrânicos, etc.

Foi este espírito não conformista e este sonho de conservação da paisagem natural que levou a que em 2018, um grupo de pessoas motivadas por Raban von Mentzingen, decidisse criar um grupo de estudo e

defesa da Floresta Autóctone em Aljezur. Composto por pessoas da região, com maior ou menor conhecimento técnico, mas sobretudo cientes do enorme valor ecológico ainda presente nesta região e preocupadas com o grau de abandono progressivo deste valioso património natural.

Assim, e em colaboração com este grupo, Raban decide avançar com a criação da Área Protegida



Bolotas de carvalho-de-monchique,
Quercus canariensis.

FOTO: REWILDING SUDOESTE

Privada (APP) Vale das Amoreiras. Após algum tempo de trabalho, levantamento dos seus valores naturais e identificação das espécies presentes, é submetida a proposta de criação da APP Vale das Amoreiras, resultando na sua criação formal, através da publicação do despacho do governo nº 836/2022 de 7 de janeiro de 2022. Esta APP protege uma área única de floresta principalmente composta por sobreiros e carvalhos, mas onde é possível encontrar várias espécies raras e classificadas, o que atualmente justifica a sua máxima proteção e valorização.

A APP Vale das Amoreiras é mais do que uma floresta autóctone. É um exemplo de sucesso dos processos de rewilding e da capacidade de regeneração da paisagem, após um intenso fogo florestal. Trinta anos depois do incêndio, podem-se hoje encontrar várias espécies de trepadeiras, árvores, arbustos, cogumelos e herbáceas, entre elas várias plantas que nos indicam estarmos perante uma valiosa floresta autóctone, com uma valia única ao nível nacional, sobretudo, pela sua localização no sul de Portugal. A APP Vale das Amoreiras é o sonho e o compromisso da família von Mentzingen que reconhece os valores ali existentes e que com uma crença inabalável acredita que protegendo e preservando o seu património natural, no presente, pode deixar um legado único para o futuro. Atualmente, a APP Vale das Amoreiras, é gerida pela Associação Rewilding Sudoeste em colaboração com



Oficina de micologia. - FOTO: REWILDING SUDOESTE

a família Von Mentzingen e é palco de inúmeras ações de sensibilização ambiental, educação e investigação levadas a cabo ao longo do ano, sendo também uma área de lazer e de visitação para locais e turistas.

Sabendo que o exemplo é uma das mais poderosas formas de sensibilização, acreditamos que esta APP tem o potencial para ser o início de um caminho de criação, valorização e proteção de muitas mais áreas privadas no Sudoeste de Portugal, e em todo o país, uma vez que quase a totalidade do território nacional pertence a privados. O sonho concretizou-se, a APP Vale das Amoreiras é a primeira Área Protegida Privada do Sul de Portugal. Acreditamos que não será a única.

TESTEMUNHOS



NUNO DE SANTOS LOUREIRO
Universidade do Algarve

A Associação Faia Brava e a Universidade do Algarve (UALg) formalizaram em Março de 2024 um protocolo de cooperação, perspectivando a valorização recíproca das duas instituições.

O Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica da UALg tem estado particularmente activo e durante o ano lectivo de 2024/2025 três alunos acorreram à Faia Brava para concretizarem as suas teses de mestrado. Os temas abordados são muito variados:

1. Desenvolvimento de aplicações móveis destinadas à gestão quotidiana da Área Protegida Privada da Faia Brava e de outras propriedades da Associação, e também para a recolha e integração em bases de dados de registos de observações sobre a biodiversidade;
2. Aplicação de técnicas e ferramentas informáticas avançadas para a cartografia da ocupação e uso do solo, com base em imagens provenientes de voos de drone e dos satélites Sentinel-2 e Pléiades-Neo;



3. Avaliação de impactes das alterações climáticas, nomeadamente da redução da precipitação, e das suas consequências sobre a vegetação arbórea da Faia Brava.

Em simultâneo, a UALg levou já a cabo cerca de 1000 hectares de coberturas aéreas com elevada resolução. Esses ortofotomosaicos já permitem a produção de cartografias temáticas diversas, válidas para melhorar o cadastro predial rústico, conhecer a ocorrência da vegetação e dos afloramentos rochosos, construir modelos digitais da superfície, reconhecer toda a rede de estradões de terra batida, caminhos de pé posto e trilhos da fauna, muros e ruínas, etc. A UALg vai continuar empenhada na sua parceria com a Associação Faia Brava porque está vivamente convicta de que esta parceria entre o ensino, a investigação e a gestão do território e da paisagem é fundamental para o presente e o futuro da nossa 'casa comum'.



JOÃO CARVALHO
Equipa da Universidade de Aveiro

A Faia Brava – Associação de Conservação da Natureza e a Universidade de Aveiro têm um longo histórico de colaboração científica e formativa. Nos últimos anos, a relação entre ambas as entidades tornou-se ainda mais sólida e profícua, com vários projetos em curso que visam avaliar o impacto dos grandes herbívoros e das alterações globais nos processos ecológicos nos serviços providenciados pelos ecossistemas Mediterrânicos. Esta avaliação conta



com a participação de vários investigadores e alunos que se têm dedicado a diferentes compartimentos, terrestres e aquáticos. A recente parceria com o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) veio possibilitar a aplicação das mais recentes metodologias de monitorização remota, que se têm revelado essenciais para o entendimento e a descrição das dinâmicas ambientais observadas. Do solo à vegetação, dos pequenos invertebrados aos grandes herbívoros, da cartografia de precisão com recurso a veículos aéreos não tripulados às imagens satélite, os trabalhos desenvolvidos constituirão uma importante base de informação relevante para a conservação, gestão e valorização dos recursos naturais da Área Protegida Privada da Faia Brava e da região.



Parque Nacional da Peneda-Gerês.

FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA

05 Homem e Natureza

HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA



NUNO LECOQ
Eng. Agrónomo
e Arquiteto Paisagista

Evolução das paisagens e ordenamento do território

Há cerca de 18 000 milhões de anos teve lugar o “big bang” a partir do qual o universo se terá expandido. O aparecimento do primeiro homem (*Homo erectus*) ocorreu há 200 000 anos. Posteriormente apareceu o homem moderno (*H. sapiens*), há cerca de 40 000 anos e o início da agricultura na Península Ibérica ocorreu há cerca de 8 000 anos.

Para sobreviver e garantir a sua subsistência, o ser humano vivia exclusivamente dos produtos que obtinha no meio natural, fase de coletor. Inventou utensílios que permitiram a caça e a pesca, descobriu o fogo que passou a usar para afugentar os animais e incendiar as florestas podendo depois caçá-los com maior

facilidade. O equilíbrio natural começou a alterar-se pois o estágio de simples coletor e caçador começa a ser transformado pelo de pastor pela domesticação de alguns animais herbívoros. A fase seguinte foi a de agricultor, havendo evidências de que o arado já estava em uso no ano 4 000 a.C., tanto na Mesopotâmia como no Nilo. Esta transformação teve grande impacto ao permitir a arabilidade de terras pesadas, o aumento das produções e um significativo crescimento populacional. Com a modificação dos habitats naturais e o recuo acelerado da floresta, assistiu-se ao aumento da erosão e a alterações do regime da água.

As grandes desflorestações na Europa terão tido início por volta de 400 a.C. na parte central deste continente, nos territórios que hoje pertencem à Polónia, Hungria, Alemanha e Bélgica.

Mais tarde (a partir da Idade Média) o ritmo das desflorestações incrementou-se por várias razões como a conquista de maiores áreas para culturas agrícolas e para pastagens, a obtenção de madeira para a construção naval e, em alguns casos, por razões sociais (e.g., combate ao banditismo refugiado nas florestas). O desaparecimento acelerado da floresta foi sendo contrariado pelos grandes

senhores feudais que a mantinham para garantir a inviolabilidade das suas coutadas de caça.

A fauna de pequeno porte foi a que melhor resistiu à destruição dos habitats originais. Os grandes mamíferos foram os mais afetados. São exemplos dessa realidade o desaparecimento do auroque o quase extermínio do bisonte-europeu, a extinção do leão na Europa há menos de 2 000 anos e a diminuição acentuada dos efetivos do urso e do lobo (*Canis lupus*). Na América do Norte com a colonização intensa pelos europeus a partir do séc. XVII, desfez-se o equilíbrio que os índios mantiveram com o meio que os rodeava. Em pouco mais de dois séculos registou-se uma transformação brutal daquele território quase virgem com graves consequências na flora e na fauna locais. A floresta primitiva foi reduzida a 4% da inicial para permitir várias culturas agrícolas. O desaparecimento do pombo-passageiro (*Ectopistes migratorius*) (eram 250 milhões...), do periquito-da-carolina (*Conuropsis carolinensis*) e do condor-da-califórnia (*Gymnogyps californianus*) são exemplos do impacto da colonização da América do Norte. Dos mamíferos, o bisonte-americano (Bison bison) foi quase extinto devido ao desaparecimento do seu habitat natural e aos verdadeiros massacres a que foi submetido. O dôdô (*Raphus cucullatus*), ave não voadora, endêmica da Ilha Maurícia extinguiu-se em 1662, apenas cerca de um século após o seu descobrimento. Casos semelhantes passaram-se nas Antilhas, América do Sul, Ásia, Oceânia, Austrália, África e nos Oceanos.

Em Portugal e como resultado do crescimento demográfico e da utilização cada vez maior de áreas naturais para a agricultura e pastorícia e com a intensificação da caça, alguns animais desapareceram como foi o caso da cabra do Gerês (*Capra pyrenaica lusitanica*) e anteriormente do urso-pardo (*Ursus arctos*), dado como extinto em meados do século XVII.

Desde o início do século XVIII desapareceram da face da terra muitas centenas de espécies e raças de mamíferos, aves, répteis, batráquios, peixes e invertebrados e há neste momento milhares de espécies de animais e de plantas em risco de extinção. As principais razões que contribuíram para o desaparecimento de tantas espécies são variadas, mas têm quase sempre na sua origem o ser humano (e.g., transformação e destruição de biótopos caça intensiva e não regulada, introdução de espécies exóticas, poluição).

A evolução dos conceitos de conservação da natureza

Há já 2 300 anos, Platão chamava a atenção para a existência de solos esqueléticos devido à erosão e à necessidade de os reflorestar. Recentemente, em 1965, Dorst refere que “*A sobrevivência do Homem na Terra exige uma profunda transformação de grandes áreas através de uma agricultura intensiva, mas também a manutenção e proteção de áreas naturais, ou seja*



Cabra-montesa, da subespécie *C. p. victoriae*, no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

FOTO: DANIEL PINHEIRO

o estabelecimento de um equilíbrio entre o Homem e a Natureza. O Homem será sempre parte integrante de um sistema natural de que deverá seguir as leis fundamentais”.

Sabe-se que a situação é dramática há muito tempo e não tem sido possível inverter a tendência milenar, mas apesar de tudo, ao longo dos mais recentes milénios, tem havido sinais de preocupação e têm sido tomadas medidas conservacionistas por parte de grandes figuras da história. É o caso do imperador Asoka da Ásia que no ano 242 a.C., decretou a proteção dos peixes, animais

terrestres e floresta, os incas castigavam com a pena de morte todo aquele que abatesse aves marinhas por estas produzirem um fertilizante orgânico natural, o guano, por eles utilizado na agricultura.

Na Idade Média, essa consciência ganhou maior expressão com a promulgação de numerosas leis para proteção da fauna e das florestas que sofriam cortes maciços. Essas medidas visaram por exemplo a preservação do auroque (*Bos primigenius*) e do bisonte-europeu (*Bison bonasus*) na Polónia e na Rússia.

Alterações da paisagem e conservação da natureza em Portugal

Diferentes povos ocuparam a parte mais ocidental da Península Ibérica (Portugal e Espanha) ao longo de milénios e criaram uma paisagem humanizada (paisagem cultural) através da destruição das florestas autóctones, da instalação de pastagens, do cultivo dos solos e da introdução de várias culturas, além da exploração de alguns recursos (nomeadamente metais e recursos marinhos). No nosso contexto ibérico, os Descobrimentos tiveram um enorme impacto nas florestas e promoveram a chegada de muitas espécies exóticas.

Em 1997, Paiva refere que o ritmo de degradação das matas nacionais era tão intenso que “no primeiro quartel do século XV tinham sido promulgadas numerosas medidas locais por carta régia, no intuito de salvaguardar a produção florestal. Naquele período da nossa história e para a construção das naus e de outras embarcações eram utilizadas as madeiras nobres da floresta, nomeadamente o sobreiro, o carvalho e o pinheiro. Para esse efeito eram ainda escolhidos os exemplares de grande porte daquelas espécies sendo necessárias para a construção de uma nau entre 2 000 e 4 000 árvores. De referir que para as ligações com a Índia se construíram 700 naus, para o Brasil 300 e para a expedição a Ceuta, no tempo de D. João I, foram necessárias 200 naus”. Impressionante!



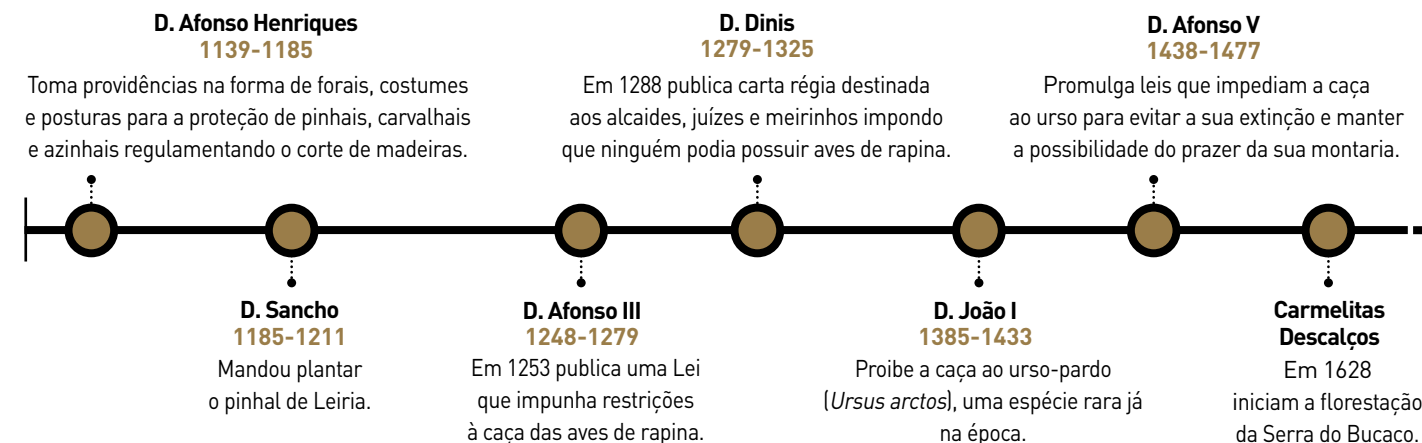
Campos de flores.
FOTO: © JOÃO COSME

Já no século XX, a Campanha do Trigo, a intensificação da florestação dos baldios concretizada com o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e mais recentemente a introdução de povoamentos mono específicos de eucalipto, para a indústria da celulose, tiveram um impacto de elevada magnitude no território nacional beneficiando algumas espécies e prejudicando manifestamente muitas outras. Todos estes atos contribuíram para a destruição dos habitats naturais e a extinção das espécies, a desflorestação, a erosão, a salinização e a desertificação, a poluição do ar, da água e do solo. O resultado foi a criação em Portugal continental de 128 unidades de paisagem que resultam da interação entre os seres humanos e a natureza, proporcionam múltiplos valores e funções, incluindo recursos naturais, habitats, benefícios económicos na forma de bens e serviços, recreio e uma herança cultural inegável e que importa preservar quando a mesma beneficia a biodiversidade que nos resta.

Etapas históricas da conservação da natureza

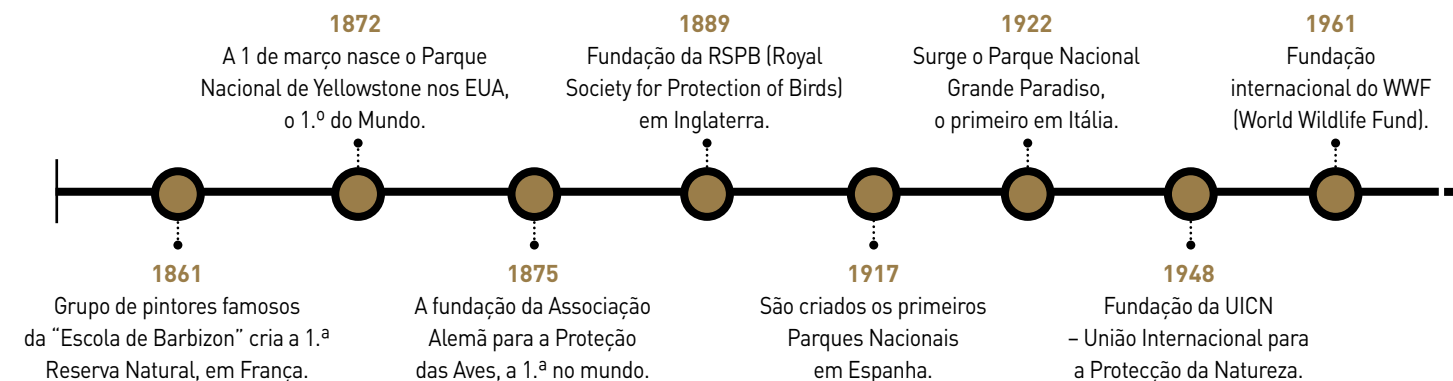
Em Portugal

Não se pense, porém, que ao longo dos séculos e desde que foi declarada a Independência de Portugal, não foram tomadas medidas de proteção da flora e da fauna. Refiro abaixo pelo seu interesse algumas das mais significativas:



No Mundo

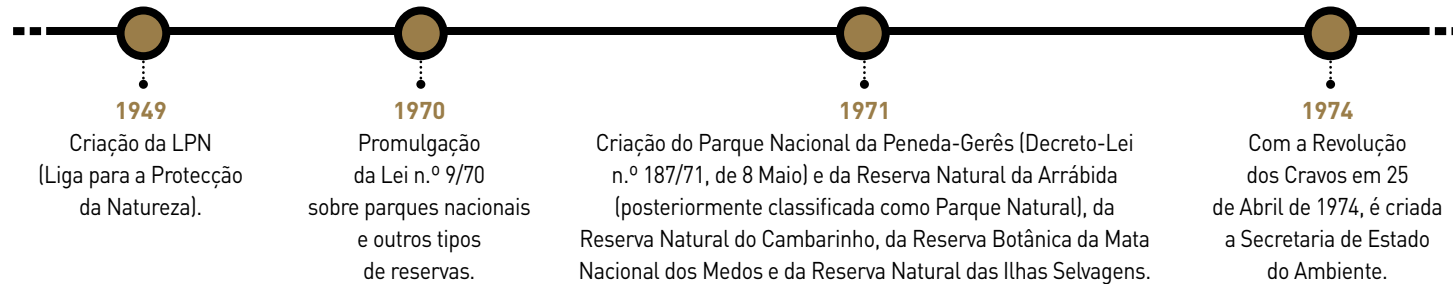
Por todo o mundo foram também tomadas algumas medidas pela sociedade civil:



Evolução dos conceitos de conservação da natureza

Em Portugal

Por diferentes razões, indicam-se a seguir algumas datas consideradas importantes na história da conservação da natureza em Portugal:



Com a Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974, foi criada a Secretaria de Estado do Ambiente através do Decreto-Lei n.º 550/75, de 30 de setembro, com as seguintes direções gerais: a Comissão Nacional do Ambiente, o Serviço de Estudos do Ambiente, o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico e as Comissões Regionais do Ambiente. Nos anos 70 com a consolidação da política de ambiente em Portugal, a preocupação inicial do planeamento centrada no estabelecimento de regras de edificação e urbanização passa ao estabelecimento de regras de ocupação do espaço rural com usos e ocupações que devem refletir a proteção e valorização da paisagem e dos sistemas biofísicos que são o suporte das atividades humanas e da vida em geral. Na definição da política

de ordenamento do território vão assentar os princípios de cooperação e coesão territoriais, da equidade social e da proteção dos recursos, sejam naturais ou culturais. De facto, na sequência da publicação da Lei de Bases da Política de Solos e de Ordenamento do Território (na primeira versão de 1998) é assumida a dimensão multivariada do ordenamento. Do ponto de vista legal, a estrutura do sistema de gestão territorial atual, que resulta da Lei de Bases revista em 2014 organiza-se nas escalas nacional, regional e municipal.

Ao longo dos últimos cinquenta anos foi sendo publicada legislação diversa envolvendo a criação de áreas protegidas e das suas formas de gestão em Portugal, nomeadamente com a publicação do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho que criou a Rede

Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) que envolve: a) o Sistema Nacional de Áreas Classificadas composto pelas Áreas Protegidas de Âmbito Nacional (Parque Nacional, Parques Naturais, Reservas Naturais, Paisagens Protegidas,

Monumentos Naturais); as Áreas Protegidas de Âmbito Regional ou Local; e as Áreas Protegidas de Estatuto Privado; Sítios da Lista Nacional de Sítios e Zonas de Proteção Especial da Rede Natura2000; outras Áreas Classificadas ao abrigo de compromissos internacionais; b) pelas Áreas de continuidade (Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e Domínio Público Hídrico).

No ano em que se comemoram os 25 Anos da “Associação Transumância Natureza/FAIA BRAVA – Associação de Conservação da Natureza”, recorda-se que as Áreas Protegidas de Estatuto Privado estão consideradas como fazendo parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e tiveram o reconhecimento jurídico através do DL 142/2008 (“Artigo 21.º, n.º 1 – Visando os objetivos previstos no artigo 12.º, pode ser atribuída a designação de «área protegida privada» a terrenos privados não incluídos em áreas protegidas”).

Estas áreas podem e devem constituir um contributo importante do ponto de vista pedagógico e na arquitetura do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, tanto mais que a maior parte do território nacional é privado. Para dar um exemplo, terá interesse referir que



Reserva Botânica do Cambarinho. – FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA

a associação RSPB – Royal Society for the Protection of Birds (Real Sociedade para a Proteção das Aves) foi criada em 1889, tem mais de um milhão de sócios sobretudo em Inglaterra onde nasceu (mas também um pouco por todo o mundo) e, com este propósito, tem adquirido ao longo dos anos, dezenas de áreas que têm um estatuto de proteção semelhante às nossas Áreas Protegidas Privadas, acima referidas, simplesmente começaram a ser criadas e geridas 85 anos antes.

O papel da Sociedade Civil na Conservação da Natureza e na gestão do território e das paisagens está cada vez mais na ordem do dia e merece ser reforçado.



LUIS PEREIRA



JOSÉ DINIS



CARLOS BARROQUEIRO



SILVIA LORGA



ANA NUNES



ANTÓNIO ARAÚJO

A NOSSA EQUIPA

LUIS PEREIRA,
Vigilante da Natureza

“Trabalhar na Faia Brava dá-me liberdade. Para mim a reserva é um santuário para a biodiversidade e um refúgio natural para quem a visita.”

JOSÉ DINIS,
Vigilante da Natureza

“Há 12 anos que a Faia Brava faz parte do meu quotidiano. Não quero outra vida senão esta. Sempre no campo, em contacto permanente com a Natureza.”

CARLOS BARROQUEIRO,
Biólogo

“A minha primeira experiência profissional foi na Reserva da Faia Brava. Aí tive a oportunidade de valorizar os meus conhecimentos teóricos e de os aplicar em ações de conservação da natureza. Este trabalho permitiu-me adquirir conhecimentos práticos sobre ecologia, gestão de habitats e monitorização de fauna, num território marcado pela biodiversidade e pelo esforço contínuo de recuperação e valorização dos ecossistemas naturais. Tem sido uma experiência fundamental para consolidar a minha vocação na área da conservação da Natureza e compreender os desafios reais da gestão de espaços naturais protegidos.”

SILVIA LORGA,
Responsável Administrativa e Financeira

“O meu trabalho na Faia Brava muito mais do que apenas uma carreira profissional. São já 15 anos de um compromisso profundo, uma ligação única com a Natureza. Ao longo destes anos, assisti à transformação não apenas da paisagem ao meu redor, mas também de mim mesma. Acompanhar a regeneração de habitats naturais e o retorno de espécies ameaçadas é uma experiência que traz uma sensação de realização única.”

ANA NUNES,
Bióloga

“A Faia Brava é um território de exceção e um verdadeiro paraíso para a biodiversidade. Foi aí que tive a sorte de iniciar a minha carreira profissional e onde me afirmei como bióloga e conservacionista. Aprendi muito e tive a oportunidade de contribuir para a definição de estratégias de conservação, restaurar habitats degradados e monitorizar espécies promovendo a gestão sustentável da biodiversidade. Trabalhar neste lugar único, em colaboração com vários parceiros de exceção, tem sido uma honra e um privilégio. O elevado potencial ecológico da Faia Brava sempre foi e continuará a ser fonte de inspiração para mim.”

Hortas de Sabóia. - FOTO: © JOÃO COSME



06 Sociedade civil AO SERVIÇO DO RESTAURO ECOLÓGICO, DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



ANTÓNIO ARAÚJO
Diretor da Faia Brava
NUNO DE SANTOS LOUREIRO
Professor
Universitário

propriedades estrategicamente localizadas para atingir tal objetivo. Ao conjunto destas propriedades foi dado o nome de Faia Brava (Faia é, no vocabulário regional, sinónimo de fraga.) e em 2010 foi oficialmente classificada a Área Protegida Privada da Faia Brava, a primeira em Portugal com este estatuto.

Atualmente, a Faia Brava - Associação de Conservação da Natureza, herdeira da ATN, é proprietária de cerca de 1.200 ha de terras bravias, localizadas na sua maioria ao longo do curso inferior do Rio Côa, nos concelhos de Pinhel e de Figueira de Castelo Rodrigo. Nestas propriedades, para além de muitas outras espécies de aves residentes e migradoras, nidificam mais de 50 casais de grifos (*Gyps fulvus*) e dois casais de britangos (*Neophron percnopterus*), bem como águias-de-bonelli (*Aquila fasciata*) e reais (*Aquila chrysaetos*), falcões-peregrinos (*Falco peregrinus*) e cegonhas-pretas (*Ciconia nigra*). Ocorrem ainda na Faia Brava várias espécies de distribuição algo restrita em Portugal, como é o caso do corço (*Capreolus capreolus*) e da lontra (*Lutra lutra*),

A história da Faia Brava é a história de uma Sociedade Civil militante que promove o bem-estar comum através da implementação de um modelo de gestão territorial fundado no respeito pela Natureza. Estamos convictos de que este é, na realidade, o único caminho a seguir para se implementarem políticas consequentes de Desenvolvimento Sustentável.

Há 25 anos o objetivo principal era garantir a conservação de várias espécies ameaçadas no Nordeste de Portugal, um objetivo nobre e ainda de grande atualidade. Com o apoio da filantropia internacional e o financiamento de vários projetos, a então Associação Transumância e Natureza (ATN) foi adquirindo

para não falar do raríssimo gato-bravo (*Felis silvestris*). É também de sublinhar a existência de condições muito favoráveis para o reaparecimento de predadores-chave, como o lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*) e o lince-ibérico (*Lynx pardinus*). As propriedades da Faia Brava e mais algumas centenas de hectares de propriedades privadas, de vizinhos que partilham os nossos objetivos e são nossos parceiros, constituem uma rede única em Portugal que esperamos ver crescer, sempre com o objetivo de Criar mais Espaços para a Natureza.

Nas terras da Faia Brava damos espaço a uma natureza que desponta ao longo de cerca de 5 km de fragas, ou seja, de encostas bravias com grandes declives, de afloramentos de rochas graníticas, algumas com gravuras e pinturas rupestres. A região é habitada há muitos milhares de anos. Apesar do seu ainda elevado valor para a biodiversidade, tem sofrido impactes negativos de uma agricultura secular, vocacionada para a cerealicultura e de uma pastorícia intensiva e quase sempre associada a fogos desgovernados. Uma secular série de fogos interrompeu-se há já 22 anos e apesar de uma forte regeneração natural é fundamental implementar uma política de gestão florestal integrada que permita às espécies da floresta autóctone, particularmente as mais ameaçadas, recuperarem o seu lugar no território e criarem um mosaico de habitats favorável a uma biodiversidade em equilíbrio.

A reflorestação integrada da Faia Brava é um desafio

enorme. O solo rochoso e o clima continental seco, com grandes amplitudes térmicas que podem ir de menos 3 graus centígrados em janeiro a mais de 37 graus em agosto, associados a uma fraca pluviosidade anual (ca. 400 mm/ano), não facilitam as atividades de silvicultura. O risco de incêndios é elevado apesar dos nossos esforços. Para o mitigar, operamos um sistema de vigilância diária com o nosso próprio pessoal e/ou voluntários apoiados por drones e mantemos a densidade dos matos e da vegetação herbácea sob controlo, através da existência de duas manadas de garranos que vivem em regime semi-selvagem.

O coberto vegetal é dominado por matos de giestas (*Cytisus sp*), por vezes arborescentes, com presença de sobreiros (*Quercus suber*), azinheiras (*Quercus rotundifolia*) e carvalhos-cerquinhos (*Quercus faginea*), medronheiros (*Arbutus unedo*), zelhas (*Acer monspessulanum*) e zimbros (*Juniperus oxycedrus*). Mais próximo das linhas de água protegemos e promovemos a floresta ripícola, com freixos (*Fraxinus angustifolia*), salgueiros (*Salix alba*) e mais algumas espécies da região como os pilriteiros (*Crataegus monogyna*), a roseira-brava (*Rosa canina*) e o lodão (*Celtis australis*). Nas encostas mais termófilas existem piornos (*Retama sphaerocarpa*), oliveiras (*Olea europea var. silvestris*) e terebintos (*Pistacia terebinthus*). Nas margens rochosas e arenosas do rio Côa, desenvolvem-se maciços de tamujo (*Securinega tinctoria*).

A política de renaturalização da Faia Brava tem tido como objetivo principal a manutenção e o reforço de

um mosaico de paisagens constituído principalmente por floresta autóctone e matos esclerófilos, mas que integra também a flora típica da região e as espécies características da agricultura extensiva tradicional, como sejam a oliveira, e os cereais como o trigo, o centeio e a cevada, em associação com leguminosas para melhorar e enriquecer os solos. A manutenção da cerealicultura extensiva permite ainda providenciar alimento para uma série de espécies-presa que constituem a base das cadeias alimentares, como sejam por exemplo, o coelho (*Oryctolagus cuniculus*), a perdiz (*Alectoris rufa*), a rola-brava (*Streptopelia turtur*) e o pombo-torcaz (*Columba palumbus*). Os pombos domésticos, criados tradicionalmente e em liberdade nos pombais que vamos reabilitando progressivamente, beneficiam também deste nosso esforço, fundamental para assegurar a existência de populações de predadores saudáveis e a proteção de espécies-chave da fauna ibérica.

A gestão integrada da Faia Brava em geral e da floresta em particular, passa pela realização de um conjunto de atividades anuais e cíclicas, algumas já aqui referidas. Ao longo do ano cuidamos do nosso viveiro florestal de Figueira de Castelo Rodrigo e fazemos vigilância diária da Faia Brava, ao mesmo tempo que procedemos à limpeza sistemática das 21 charcas que existem atualmente na propriedade, muito afetadas por uma planta aquática invasora do género *Azolla* que periodicamente é necessário retirar dos planos de água para manter e valorizar as suas



Lontra, *Lutra lutra*. - FOTO: © JOÃO COSME

funções ecológicas. Esta rede de pontos de água doce, espalhada pela propriedade, é absolutamente crucial para a manutenção da biodiversidade e constitui para todos nós motivo de grande orgulho.

Realizamos ainda, quase em contínuo, podas seletivas para assegurar um mais rápido crescimento, sobretudo dos carvalhos e azinheiras, tornando-os mais resilientes em caso de fogo e contribuindo para o enriquecimento dos solos através da incorporação do resultado das podas no solo, depois de trituradas.

Durante a Primavera e Verão monitorizamos a chegada das aves aos seus locais de nidificação, acompanhamos a época de reprodução, realizamos os censos anuais de coelho e perdiz e abastecemos os nossos alimentadores

de aves necrófagas, mantendo-nos particularmente atentos à circulação de pessoas na propriedade, para minimizar os riscos de incêndios. No Outono e Inverno, os períodos do ano em que estamos mais ocupados, procedemos à recolha e à sementeira de bolotas das três espécies de carvalhos acima referidas, iniciamos o transplante de árvores do nosso viveiro, colhemos a azeitona e semeamos o cereal que vai servir para manter as populações de presas e de ungulados da Faia Brava.

Até ao fim do ano, contamos abrir um novo corta-fogo, com 2 km de extensão no limite Norte da Faia Brava e plantar cerca de 10.000 árvores e arbustos de diferentes espécies, freixos, carvalhos, sobreiros, medronheiros, zelhas, lódãos, rosa-brava, zimbros, salgueiros e pilriteiros. Este é um trabalho contínuo, pois as taxas de mortalidade nas nossas plantações são elevadas, devido à fraca pluviosidade e às altas temperaturas estivais. Implementar a nossa estratégia de intervenção florestal “semear, plantar, ajudar a crescer e proteger cada árvore” implica também semear cerca de 40.000 bolotas de sobreiro, carvalho-cerquinho e azinheira, e podar pelo menos 8.000 azinheiras, sobreiros e carvalhos jovens, com menos de 10 anos, em fase de crescimento.

Esta nova estratégia de gestão integrada contribuirá para uma considerável melhoria de habitat, favorecendo a biodiversidade local e migradora, a começar pela fauna de invertebrados do solo, insetos,

répteis e anfíbios, aves e mamíferos. O regresso dos corços é um bom exemplo do resultado dos nossos esforços e da eficácia dos nossos vigilantes da natureza que mantêm sob controlo as atividades humanas na Faia Brava, reduzindo a perturbação e os riscos de incêndio. Temos esperança que com o tempo, espécies simbólicas como o lobo e o lince voltem ao nosso território, com o apoio dos amigos da Faia Brava e de todos os nossos parceiros.

A criação de uma rede nacional de Áreas Protegidas Privadas em Portugal

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) define uma Área Protegida (AP) como “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido e gerido através de meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo, incluindo os serviços ecossistémicos e os valores culturais associados”. No sistema de classificação da UICN são consideradas, a nível mundial, seis categorias de gestão e quatro tipologias de governança das Áreas Protegidas. Uma delas diz respeito à gestão privada das AP, assim definidas pela UICN: “zonas de conservação criadas e geridas por proprietários individuais, organizações sem fins lucrativos (por exemplo, ONG, universidades) e organizações com fins lucrativos (por exemplo, empresas proprietárias de terras)”.



Cobra-lisa-meridional,
Coronella girondica.

FOTO: © JOÃO COSME



Aranha-cesteira-dos-matos,
Argiope lobata.

FOTO: NUNO LOUREIRO



Melanargia-comum, *Melanargia lachesis*.

FOTO: © JOÃO COSME

Em Portugal, as Áreas Protegidas Privadas (APP) são instrumentos de gestão do território e da paisagem, tendo sido estabelecida a possibilidade da sua criação através da Portaria n.º 1181/2009, de 7 de outubro. As APP são áreas do território nacional onde ocorrem valores naturais que, pela sua raridade, têm especial relevância científica, ecológica, social ou cénica, e que exigem medidas de proteção e gestão adequadas.

Os proprietários das APP, sejam associações, organizações com ou sem fins lucrativos ou pessoas, tomam a iniciativa de requerer o estatuto legal referido no parágrafo anterior à entidade oficial competente, atualmente o ICNF. Esta pretensão é formalizada através da submissão de um requerimento, acompanhado de um plano de gestão e de documentação diversa, dando origem a um Protocolo de Gestão caso a proposta seja aceite e a APP oficialmente classificada.

O porquê deste “Movimento”

De acordo com as estatísticas da União Europeia, a média de áreas florestais privadas é de 40% e as propriedades com estatuto público correspondem a 60% do território comunitário. Portugal é o país da UE que apresenta a maior percentagem de área florestal privada, cerca de 97%. Apesar desta situação, em 24 anos apenas quatro APP foram criadas no nosso país, ocupando atualmente cerca de 816 hectares, uma área muitíssimo reduzida tendo particularmente em conta

que a maior parte do território nacional é constituído por propriedades privadas. Esta realidade, por si só, parece justificar a criação de um movimento da Sociedade Civil que, em estreita colaboração com as autoridades, permita dar corpo ao desafio da criação de uma Rede de Áreas Protegidas Privadas, representando territórios e paisagens diversificadas e abrangentes.

Através desta iniciativa pretende-se, fundamentalmente, promover a participação da Sociedade Civil na definição das políticas regionais e nacionais de Ordenamento do Território, valorizar o seu importante papel na definição de estratégias consequentes e eficazes de conservação da natureza, assegurar a sua participação ativa na elaboração e concretização do Plano Nacional de Restauro da Natureza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Que objetivos?

1. Encorajar a criação e dinamização de uma Rede Portuguesa de Áreas Protegidas Privadas (RPAPP);
2. Promover a criação de um departamento, no seio do ICNF, dedicado a vários tipos de apoio como: i) à criação, ii) à gestão eficaz das APP ii) à sua valorização e iii) ao seu financiamento;
3. Elaborar uma Carta de Princípios e Recomendações para a boa gestão das Áreas Protegidas Privadas a submeter à aprovação dos membros;
4. Criar uma plataforma de diálogo, de troca de

experiências e de formação entre as entidades gestoras das APP legalmente reconhecidas em Portugal;

5. Aconselhar e apoiar os gestores das APP na busca de financiamentos e na elaboração de projetos consequentes e que contribuam para o restauro de habitats degradados e para a conservação da biodiversidade e das paisagens naturais e rurais sustentáveis em Portugal.

Epílogo

Há já 25 anos que esta ideia louca de começar a comprar propriedades para dar mais espaço à Natureza surgiu, aqui em Figueira de Castelo Rodrigo.

A Faia Brava e a sua história inspiram e a região tornou-se mais conhecida e visitada. Agora que o Vale do Côa anda nas bocas do mundo e todos falam de “rewilding” e de restauro, já ninguém duvida da pertinência e da atualidade da nossa aposta, das nossas estratégias de intervenção e dos bons resultados do nosso trabalho. Agimos para mitigar os impactos negativos da atividade humana, em geral e em particular a acelerada degradação dos vales dos rios Douro, Côa e Águeda, e das respetivas redes hidrográficas. Operamos em estreita colaboração com as autarquias locais, as comunidades e os diversos atores do território, cujos apoios sempre foram e serão indispensáveis para realizarmos o nosso desígnio.

Atualmente, a nossa principal zona de intervenção é a Faia Brava, mas esta ideia, esta certeza de que o futuro passa por cada vez mais Criar Espaços para a Natureza



leva-nos a pensar mais longe e dá-nos a convicção de que a nossa experiência acumulada deve ser valorizada a nível nacional e tem que chegar ao resto do país. Somos a favor da renaturalização dos habitats degradados por séculos de exploração intensiva, a favor dos territórios e das paisagens rurais e florestais que não sejam periodicamente castigados por incêndios destruidores, a favor do regresso de espécies ameaçadas e em risco como o abutre-preto e o lobo. Mais do que tudo, somos a favor de um equilíbrio entre o Homem e a Natureza, sem que nenhum deles se queira impor e fazer perigar o futuro do outro. Por fim, estamos totalmente convictos de que sem mais natureza não haverá desenvolvimento que seja sustentável, contribuindo para o bem-estar das pessoas e das suas comunidades.

Tentilhão-comum, *Fringilla coelebs*.

FOTO: © JOÃO COSME



07 Áreas classificadas

ÁREAS PROTEGIDAS E OUTRAS ÁREAS SOB REGIME LEGAL, ENTRE 1957 E 2025 *



JOÃO ALVES
Biólogo, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

O estabelecimento de um regime legal de áreas protegidas (AP) em Portugal, surgiu pela primeira vez em 19 de junho de 1970, através da Lei nº 9/70. Dois anos após o 25 de abril de 1974, este diploma foi substituído, em 27 de julho de 1976, pelo Decreto-Lei nº 613/76, o qual estabeleceu com maior detalhe um novo regime de proteção à natureza e a criação de “parques e reservas naturais, de paisagens protegidas, e de objetos, conjuntos, sítios e lugares classificados”, incluindo a definição clara de cada uma destas tipologias, e cometeu ao Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP) a “gestão destas áreas protegidas ou classificadas, em colaboração com as autarquias locais assembleias de comarcas e demais departamentos do Estado” com interesse na matéria.

Apesar de antes do 25 de abril de 1974 terem sido designadas algumas áreas classificadas (Reserva Ornitológica do Mindelo, em 1957; Parque Nacional da Peneda-Gerês, em maio de 1971 e Reserva da Arrábida e Reserva Botânica de Cambarinho, ambas em agosto de 1971), somente as áreas que foram classificadas a partir da segunda metade da década de 70, já ao abrigo da Lei nº 9/70, de 19 de junho resultaram de uma abordagem governativa estruturada, embora de um modo ainda muito simples, que permitiu especificar uma tipologia incipiente de “parques nacionais e outros tipos de reservas”.

Na verdade, foi somente após 1974 que a República Portuguesa criou condições e adotou paulatinamente medidas normativas efetivas com o objetivo de instituir uma política coerente e continuada de conservação da natureza, para cuja concretização foi determinante a adoção inicial de classificação de um conjunto alargado de áreas protegidas. Para a sua subsequente efetivação foi fundamental a aprovação do Decreto-Lei nº 550/75, de 30 de setembro que resultou na constituição simultânea de três organismos de âmbito nacional – Comissão Nacional do Ambiente, Serviço Nacional de Parques,

*Excepto regime florestal e rede natura 2000



Lírios-amarelos, *Iris pseudacorus*.
Ao fundo, Centro Nacional de Educação Ambiental
e Conservação da Natureza, Monte do Paio, Reserva
Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.

FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA

Reservas e Património Paisagístico, Serviço de Estudos do Ambiente e Comissões Regionais de Ambiente.

Ainda antes da aprovação do referido Decreto-Lei nº 550/75, foi classificada em 23 de março de 1975 (Decreto-Lei nº 162/75), como medida urgente para sustentar a deterioração dos sapais e sistemas aquáticos de transição da margem direita do estuário do rio Guadiana, a Reserva Natural do Sapal de Castro-Marim – Vila Real de Santo António. Foi esta a primeira área protegida criada em Portugal após o 25 de abril de 1974.

Em 27 de julho de 1976, a Lei nº 9/70 foi revogada pelo Decreto-Lei nº 613/76, que instituiu uma nova

tipologia de áreas protegidas, tendo sido já ao abrigo do estabelecido neste diploma que foram criadas quatro novas áreas protegidas (Reserva Paisagística de Almada (subsequentemente desclassificada), Serra da Estrela, Estuário do Tejo e Arrábida, as quais eram dirigidas, conforme definido pelo Decreto nº 4/78, de 11 de janeiro (alterado pelo Decreto nº 37/78, de 17 de abril) por um Diretor, designado pelo Ministro de Tutela, sobre proposta do SNPRPP. Estas novas AP dispunham de órgãos colegiais de apoio e de natureza consultiva, designados por conselho geral e por comissão ou conselho científica/o, igualmente definidos por estes diplomas de

1978. Em 1 de agosto de 1979, através do Decreto-Lei nº 264/79, foram criadas duas novas tipologias de áreas territoriais com estatuto de proteção legal – os “refúgios ornitológicos” e as “áreas ornitológicas a recuperar”, sob cuja tipologia somente em março de 1991 foi classificado o Monte Novo do Roncão. Após 1976 e até 1980 foram classificadas onze novas áreas protegidas – a Ria Formosa, Dunas de São Jacinto, Centro Histórico de Coruche, Monte de São Bartolomeu, Serra de Aire e Candeeiros, Gruta do Zambujal, Montesinho, Monte da Barca e Açude da Agolada, Paul do Boquilobo e Estuário do Sado.

Entre 1981 e 1983 foram classificadas cinco novas áreas protegidas (Berlenga, Sintra-Cascais, Serra da Malcata, Serra do Açor e Alvão). Em 31 de janeiro de 1983, foi aprovada a Lei Orgânica do novo Ministério de Tutela do SNPRPP - Ministério da Qualidade de Vida, pelo Decreto-Lei nº 49/83 – através do qual foi extinto o SNPRPP, reclassificando-o como Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN). Este novo Serviço foi reestruturado em 1986, através do Decreto-Regulamentar nº 3/86, de 8 de janeiro, que aprovou um quadro de pessoal para os serviços centrais e quadros de pessoal próprios para as áreas protegidas, tendo por esta via e a partir desta data, induzido um novo modelo de gestão conjunta das áreas protegidas agregadas por quadros de pessoal comuns, tendencialmente dirigidas por um único Diretor, que assumia assim a Direção conjunta das áreas protegidas

agregadas por proximidade geográfica. Em 1984 foi classificada, em maio, apenas uma área protegida, a Arriba Fóssil da Costa de Caparica. Em 1985 não houve qualquer designação, tendo sido retomada a classificação de novas áreas protegidas somente a partir de 1987, com a classificação, em novembro, do Litoral de Esposende (mais tarde Litoral Norte).

Em junho de 1986, através do Decreto-Lei nº 130/86, de 7 de junho, o SNPRCN passa a depender do novo Ministério do Plano e da Administração do Território, tendo este diploma definido a estrutura central de direção e o estatuto dos Diretores das Áreas Protegidas, que foram equiparados a Diretores de Serviço, com exceção do Diretor do Parque Nacional da Peneda-Gerês, que se manteve equiparado a Subdiretor-Geral.

Entre maio de 1984 e novembro de 1987, foram transferidas para a responsabilidade e gestão do SNPRCN, nove áreas com características, funções e ocupações diversificadas, que se encontravam sob gestão dos Serviços Florestais (Dunas da Trafaria, Dunas da Caparica, Dunas de Vila Real de Santo António, Jardim de Seteais, Mata Nacional de Vale de Canas, Matinha de Queluz, Pinhal da Gelfa, Tapada de Sete Montes e Terrenos anexos ao Hotel de Santa Luzia), através do Despacho conjunto MPAT/MAPA nº 202/86, de 3 de setembro de 1986.

Através da Lei de Bases do Ambiente – Lei nº 11/87, de 7 de abril – são introduzidos os conceitos de áreas protegidas de âmbito regional e local, mantendo-se

contudo inalteradas as tipologias pré-existentes de áreas protegidas de âmbito nacional. A gestão destas novas áreas regionais e locais foi atribuída às autarquias ou a associações de municípios. Para além destas, surgiu igualmente, pela primeira vez, nesta Lei de Bases do Ambiente o conceito de áreas protegidas de estatuto privado, que se convencionou designar por “sítios de interesse biológico”, os quais poderiam ser propostos e geridos pelos proprietários dos terrenos abrangidos.

A partir de 1988 foi retomada a cadência habitual de classificação de uma ou várias áreas protegidas em cada ano civil, tendo sido classificadas até 1991 sete novas áreas (Paul de Arzila, Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Serra de São Mamede, Monte Novo do Roncão, Rocha da Pena e Fonte Benémola, Granja de Serrões e de Negrais e Montes de Santa Olaia e Ferrestelo).

No ano de 1990 foram finalmente regulamentadas, pelo Decreto-Lei nº 321/90, de 15 de outubro, as carreiras de Vigilante e de Guarda da Natureza, que tinham sido criadas em 1980, através do Decreto-Regulamentar nº 47/80, de 20 de setembro. No ano de 1991 foi aprovado, em 29 de julho (Despacho nº 25/91 do MARN) o símbolo identificativo das áreas protegidas, que passou a integrar o sistema de sinalização da rede rodoviária nacional.

Logo no início de 1993 foi aprovado o Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de janeiro, que estabeleceu o conceito de “sistema nacional de áreas protegidas” e procedeu ao esclarecimento e revisão da caracterização e definição

dos diversos tipos, desde o Parque Nacional, Parques e Reservas Naturais e Monumentos Naturais, todos de interesse nacional, e as Áreas de Paisagem Protegida, de interesse regional ou local. Contemplou ainda, mantendo a designação anteriormente consagrada – “sítio de interesse biológico” – as áreas protegidas de estatuto privado. Previu também que em qualquer das tipologias acima referidas, pudessem ser delimitadas reservas integrais, as quais deveriam preferencialmente ser constituídas em terrenos de propriedade pública ou, não o sendo, deveriam sofrer um processo de expropriação nos termos legais aplicáveis. Este diploma previu igualmente i) a elaboração e aprovação de planos de ordenamento para todas as áreas classificadas, fossem de âmbito ou interesse nacional, regional, local ou privadas (estes planos sobrepujam-se aos PDMs), e ii) a criação de Comissões Diretivas, responsáveis pela direção e gestão das áreas protegidas de âmbito ou interesse nacional. Esta alteração assumiu uma enorme importância e traduziu-se num relevante significado, uma vez que passou a envolver os Autarcas no órgão diretor autónomo do Parque Nacional ou dos Parques e Reservas Naturais, a qual perdurou até 2007, quando o Instituto da Conservação da Natureza foi extinto, passando a designar-se por Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Como órgão de aconselhamento, foi previsto em janeiro de 1993 o conselho consultivo, que deveria agregar representantes das instituições científicas e especialistas de mérito



Vale Glaciar do Zêzere,
Parque Natural da Serra da Estrela.

FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA

comprovado nos domínios relevantes para cada área protegida, bem como representantes dos serviços da administração central, autarquias e ONGAs.

O Presidente de cada Comissão Diretiva era nomeado e respondia diretamente perante o Ministro da Tutela, sob proposta do Presidente do ICN, um Vogal designado pelo Presidente do ICN e o outro Vogal designado pelas autarquias abrangidas pela área protegida, os quais permaneciam em funções durante um ano, rodando pelas restantes autarquias quando o território classificado abrangesse mais do que um concelho, o que constituía a maioria das situações, sendo o mandato da Comissão Diretiva no seu conjunto, de três anos.

Este mesmo diploma, no seu capítulo IV, redefiniu e aprofundou os critérios e esclareceu os procedimentos necessários à classificação de áreas protegidas de estatuto privado, que tinham sido previstos pela primeira vez na Lei de Bases do Ambiente, em abril de 1987.

Para que todas as alterações preconizadas no Decreto-lei nº 19/93 fossem operacionalizadas, todas as áreas protegidas já existentes em janeiro de 1993, deveriam ser reclassificadas, nos termos previstos no artigo 32º do capítulo V deste diploma, cessando as anteriores classificações efetuadas ao abrigo quer da Lei nº 9/70, quer do Decreto-Lei nº 613/76. Contudo, na realidade, nem todas as áreas protegidas existentes até janeiro

de 1993 foram reclassificadas, tendo permanecido sob gestão de um Diretor, designado pelo Presidente do SNPRCN (mais tarde, ICN) as seguintes: Peneda-Gerês, Alvão, Litoral de Esposende (Litoral Norte), Serra do Açor, Serras de Aire e Candeeiros, Estuário do Tejo, Arriba Fóssil da Costa de Caparica, Estuário do Sado, Ria Formosa e Sapal de Castro Marim – Vila Real de Santo António. As restantes foram reclassificadas ao abrigo e para os efeitos do Decreto-Lei nº 19/93, tendo passado a ser dirigidas e geridas por Comissões Diretivas até abril de 2007 (parques naturais de Montesinho, Douro

Internacional, Serra da Estrela, Tejo Internacional, Serra de São Mamede, Sintra-Cascais, Arrábida, Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e Vale do Guadiana e reservas naturais de Dunas de São Jacinto, Serra da Malcata, Berlenga, Paul de Arzila, Paul do Boquilobo, Lagoas de Santo André e da Sancha). Posteriormente à aprovação do Decreto-Lei nº 19/93, foram classificadas várias áreas protegidas regionais, designadas por Paisagens Protegidas (Albufeira do Azibo, Corno do Bico, Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos e Serra de Montejunto).

O SNPRCN manteve esta designação até 24 de maio de 1993, tendo sido extinto e substituído pelo Instituto da Conservação da Natureza, através do Decreto-Lei nº 187/93, de 24 de maio, que aprovou a orgânica do novo Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, tendo por sua vez a orgânica do recém-criado ICN sido aprovada pelo Decreto-Lei nº 193/93 de 24 de maio. Esta nova designação e a correspondente nova orgânica operou uma profunda reorganização e ampliação dos serviços centrais do ICN, mas manteve no essencial praticamente inalterado o regime normativo e a organização e estrutura técnica incidentes sobre as áreas protegidas e os respetivos órgãos de gestão e direção instituídos pelo Decreto-lei nº 19/93, com exceção do cargo de Diretor do Parque Nacional da Peneda-Gerês, que passaria a Diretor de Serviços quando o diretor então em funções cessasse a respetiva comissão de serviço.

Em abril de 1994, através do Despacho Conjunto dos Ministros da Agricultura e do Ambiente e Recursos Naturais, de 7 de abril, os Parques de Monserrate e da Pena e as Tapadas anexas (Sintra), passaram para a gestão do ICN, deixando de estar sob gestão do Instituto Florestal. Em 1997, através do Decreto-Lei nº 213/97, de 16 de agosto, procederam-se a ligeiras alterações do Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de janeiro, incidentes sobre o regime de designação dos membros das Comissões Diretivas e sobre a composição dos Conselhos Consultivos.

Após 1993 foram classificadas quatro novas áreas protegidas de âmbito nacional – Vale do Guadiana, Douro Internacional, Tejo Internacional e Lagoas de Santo André e da Sancha. A partir de 2000, apenas foram classificadas áreas protegidas de âmbito regional, local ou sob iniciativa e com estatuto privado.

Monumentos Naturais

Pegadas de Dinossáurios de Ourém/Torres Novas, Carenque, Lagosteiros, Pedra da Mua, Pedreira do Avelino, Cabo Mondego, Portas do Ródão, Canhão Cárstico da Ota, Livraria do Mondego.

Áreas Protegidas Privadas

Faia Brava (Aviso nº 26026/2010, de 14 de dezembro); Fraga Viva (Despacho nº 835/2022, de 20 de janeiro); Vale das Amoreiras (Despacho nº 836/2022, de 20 de janeiro); Montado do Freixo do Meio (Despacho nº 9662/2022, de 5 de agosto).

A classificação da Área Protegida Privada da Faia Brava constituiu assim um processo pioneiro, de constituição de uma área protegida por iniciativa e com estatuto privado. Doze anos depois foram classificadas mais três áreas com esta mesma tipologia, na sequência da identificação dos valores justificativos e da elaboração de um plano de gestão, instrumentos que se revelaram importantíssimos e indispensáveis para a classificação das áreas protegidas privadas.

O modelo de gestão e de direção de áreas protegidas de âmbito nacional, instituído pelo Decreto-Lei nº 19/93,



Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios - Ourém / Torres Novas.

FOTO: JOÃO CARLOS FARINHA

assente na existência das Comissões Diretivas que permitiram envolver os autarcas na gestão diária das mesmas, prevaleceu até abril de 2007, quando o ICN foi extinto pelo Decreto-Lei nº 136/2007, de 27 de abril. Em sua substituição foi criado o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, tendo a direção e gestão das áreas protegidas sido atribuída em agregados, aos diretores dos Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas de cinco regiões, nas quais, para este efeito, o território continental de Portugal foi dividido – Norte / Centro e Alto Alentejo / Litoral de Lisboa e Oeste / Sul / e Zonas Húmidas, com agregações territoriais que, por exemplo no caso do DGAC-Zonas Húmidas, aquele que apresentava maior dispersão geográfica, agregava, no respetivo limite norte de jurisdição, as Dunas de São Jacinto e, no limite sul, o Sapal de Castro Marim – Vila Real de Santo António, inviabilizando na prática o desejado efeito de partilha e otimização de recursos. As áreas protegidas passaram a dispor de Conselhos Estratégicos, que vieram substituir os conselhos gerais, conselhos consultivos e as comissões científicas pré-existentes.

Acresce que o diretor de cada DGAC poderia ser responsável por entre três a sete ou mais áreas, ao que cresciam os Sítios de Interesse Comunitário (SIC) da Rede Natura 2000. Esta decisão traduziu-se numa sobrecarga e dispersão tremendas e numa ausência quase permanente do Diretor nas instalações da sede da área protegida, impedindo assim que este exercesse em

plenitude o papel de gestor presente e de interlocutor perante os cidadãos residentes nas áreas protegidas de maior dimensão ou mais povoadas. Esta circunstância originou também que, progressivamente, as áreas protegidas deixassem de ter localmente um corpo próprio de Técnicos e até mesmo de Vigilantes da Natureza, profundamente conhecedores das características biofísicas e da realidade social e económica das mesmas. Esta situação agravou-se em 2012 pela fusão do ICNB com a AFN e estes passaram a ter de lidar com áreas classificadas ou sujeitas a regime florestal cada vez mais amplas, e a exercer funções muito diversas para as quais anteriormente não eram chamados a intervir e não dispunham de formação prévia.

Estas dificuldades foram ainda agravadas pelo facto de os planos de ordenamento das áreas protegidas, deixarem de constituir instrumentos de gestão territorial especiais, logo de nível superior. Passaram a ser programas de ordenamento e deixaram de vincular os privados, tendo pela via das alterações legais operadas, sido integrados ou absorvidos pelos PDMs, cujo processo de integração não foi efetuado de modo homogéneo. Foram diversos os casos em que se perderam normas regulamentares importantes, de salvaguarda patrimonial de valores relevantes (paisagens, habitats, espécies e património geológico e cultural), previstas nos planos de ordenamento e que não foram adequada ou suficientemente transpostas para cada PDM.

Mais recentemente, através da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, operacionalizada e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, esta “anomalia” foi parcialmente colmatada, através da criação das Comissões de Cogestão. Estas voltaram a envolver os Autarcas e outros atores locais e agentes interessados, na gestão de alguns componentes ou de temas inerentes à normal e global gestão das áreas protegidas, em particular dos que se referem à respetiva divulgação, utilização e usufruto pela população residente ou visitante.

Esta constatação levou já a que a tutela ministerial, muito recentemente, tivesse anunciado que se iriam ampliar as atribuições das comissões de cogestão, dotando-as de novas competências e alargando assim a sua capacidade de gestão. Estas alterações anunciadas incluíam a designação de um Diretor, “...a título experimental...”, inicialmente numa área protegida em cada uma das cinco Direções Regionais. Seria assim retomado, de certa forma, o modelo de gestão instituído pelo Decreto-Lei nº 19/93 que previa a existência de uma Comissão Diretiva, modelo que na minha opinião, fundamentada através da participação em pelo menos seis Comissões Diretivas, entre 1999 e 2007, foi o que melhor funcionou, envolvendo os autarcas no processo de gestão e de decisão, assente nas normas previstas nos planos de ordenamento e regulamentos associados.



TESTEMUNHOS

EVGENIA EMETS
artista e fundadora
Eternal Forest Global

Visitei a Faia Brava pela primeira vez há vários anos. Senti-me inspirada pela paisagem e pela forma como a natureza está a recuperar, apesar de muitos séculos de práticas não-sustentáveis. Vi de imediato um potencial para fazer uma ligação entre o património cultural antigo, pinturas e gravuras rupestres, o património natural, a cultura local e o que estamos a criar através de práticas artísticas contemporâneas. A Faia Brava é para a equipa da Eternal Forest <https://eternalforest.earth/> um santuário onde se celebra a Natureza, uma obra de arte viva, uma floresta biodiversa, habitat de excelência para a vida selvagem. Proporciona conhecimento e uma ligação profunda entre as pessoas e a floresta. A Faia Brava é um espaço cultural privilegiado para realizar residências artísticas imersivas, intervenções, obras de arte e percursos artísticos. Vamos todos juntos unir os legados natural e cultural deste lugar e construir pontes com a comunidade local, estabelecer um direito de usufruto vitalício e ligar a Faia Brava à rede global de 1,000 santuários de florestas protegidas que estamos a criar para 1,000 anos.

Garranos.

FOTO: MISHELL FARINANGO



JESUS GARZÓN HEYDT
(11/03/1946 – 24/12/2023)

Jesus Garzón foi um naturalista e conservacionista espanhol pioneiro. É ainda hoje uma referência incontornável do ambientalismo e da Conservação da Natureza em Espanha. Promoveu a criação do Parque Nacional de Monfragüe. Lutou com a administração, com os proprietários, com os políticos e com os autarcas da zona, mas o seu empenho inabalável levou à criação do Parque. Apoiado por cientistas e amantes da natureza, entre os quais se destaca Luc Hoffmann, Monfragüe foi classificado como Parque Natural em 1979, como Reserva da Biosfera em 2003 e como Parque Nacional em 2007. Garzón foi também o impulsionador da recuperação da transumância a pé para reivindicar o valor ambiental desta atividade que moldou as paisagens da Península Ibérica ao longo de milhares de anos. Garzón foi sempre um dos melhores amigos da Faia Brava e muito lhe devemos. Muito obrigado Suso.

